

MIKE DAVIS

HOLOCAUSTOS  
COLONIAIS

Tradução de  
ALDA PORTO



EDITORA RECORD  
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2002

## Prefácio

A falta das monções no decorrer dos anos de 1876 até 1879 resultou numa seca de rara intensidade em grande parte da Ásia. Foi imenso o seu impacto na sociedade agrícola da época. De tudo que se conhece até hoje, a fome que arrasou a região foi a pior a atingir a espécie humana.

— John Hidore, *Global Environmental Change*

Foram as mais famosas, e talvez as mais longas, férias em família da história americana. “Sob um crescendo de críticas pela corrupção de sua administração”, o recém-afastado presidente dos Estados Unidos, Ulysses S. Grant, sua esposa Julia e o filho Jesse partiram da Filadélfia para a Europa na primavera de 1877. O objetivo ostensivo da viagem era passar algum tempo na Inglaterra com a filha Nellie, casada (segundo a moda mais tarde celebrizada por Henry James) com um “dissoluto cavalheiro inglês”. A pobre Nellie, de fato, pouco viu os pais famintos de publicidade, que preferiram tapetes vermelhos, multidões ruidosas e banquetes oficiais. Como escreveu um dos biógrafos do ex-presidente, “muito já se disse que Grant, o camarada simples, suportava com virilidade a adulação porque era seu dever fazê-lo. Isto é uma tolice.” O povo nos Estados Unidos emocionava-se com as histórias do jornalista John Russell Young, do *New York Herald*, sobre os “jantares estupendos, com enormes quantidades de comida, vinho e riqueza, seguidos por conhaque, que o general enfrentava com incontáveis charutos.” Ainda mais que o marido, para a Sra. Grant — não fosse por Fort Sumter, a mulher de um bêbado dono de curtume em Galena, Illinois — “as atenções principescas nunca eram demais.” Em consequência, “a viagem continuou sem parar” — assim como as colunas de Young no *Herald*.<sup>1</sup>

Onde quer que se banquetassem, os Grants deixavam uma lendária trilha de gafes. Em Veneza, o general disse aos descendentes dos Doges que “seria uma boa cidade, se a drenassem”, enquanto num banquete no Palácio de Buckingham, quando a visivelmente constrangida Rainha Vitória (horrorizada com um “acesso de raiva” do filho Jesse) recorreu às “fatigantes obrigações” como desculpa para escapar dos Grants, Julia respondeu: “Sim, eu imagino: Também sou casada com um grande rei.”<sup>2</sup> Em Berlim, os Grants gravitaram em torno dos bastidores do grande Congresso das Potências que se debatia com a “Questão Oriental”, como um prelúdio para o ataque final europeu aos descolonizados povos de África, Ásia e Oceania. Talvez tenha sido a embriaguez de tanta hipérbole imperialista, ou a visão de recepções ainda mais magníficas em palácios orientais, que levaram os Grants a transformar suas férias numa excursão de volta ao mundo. Com James Gordon Bennett Jr., do *New York Herald*, pagando as contas de bar e a Marinha dos EUA fornecendo grande parte do transporte, a ex-Primeira Família planejou um itinerário que teria humilhado Alexandre, o Grande: subir o Nilo até Tebas, no Alto Egito, voltar à Palestina, daí passar à Itália e Espanha, recuar até o Canal de Suez, seguir para Aden, Índia, Birmânia, Vietnã, China e Japão, e por fim, pelo Pacífico, até a Califórnia.

## De férias na Terra da Fome

Os americanos ficaram sobretudo fascinados com a idéia de seu Ulisses na terra dos faraós. Avançando a montante do Nilo, com um exemplar bem manuseado de *Innocents Abroad* de Mark Twain no colo, Grant divertia-se em receber as boas-vindas numa aldeia após outra como o “Rei da América”. Passava tardes tranqüilas no rio relembando para Young (e milhares de seus leitores) a sangrenta estrada de Vicksburg a Appomattox. Certa vez puniu os oficiais mais jovens do seu grupo por dar tiros pouco esportivos, sem muito cuidado na pontaria, em grou e pelicanos extraviados. (Sugeriu com sarcasmo que também eles poderiam desembarcar e atirar em algum “pobre camelo paciente a mourejar arrastando a corcova carregada e pesada pela margem”.) Em outra ocasião, quando o pequeno navio a vapor teve de parar durante a noite enquanto a tripulação consertava a máquina, Jesse, filho de Grant, manteve uma conversa com alguns dos beduínos de guarda em torno da fogueira do acampamento. Eles se queixaram de que os “tempos estão difíceis”, obrigando-os a afastar-se muito de suas casas. “O Nilo tem sido ruim, e quando o Nilo fica ruim, a calamidade chega e as pessoas vão embora para outras aldeias.”<sup>3</sup>



Figura P1 Os Grants no Alto Egito

Na verdade, o idílio dos Grants logo foi quebrado pelas condições cada vez mais terríveis ao longo das margens do rio. “Nossa viagem”, informou Young, “era por um território que em tempos melhores deve ter sido um jardim; mas como o Nilo não subiu este ano, tudo é árido e estéril.” Embora os Grants até então só se houvessem aquecido no calor da hospitalidade camponesa, rebeliões generalizadas eclodiam na área sul de Siout (capital do Alto Egito), e noticiou-se que alguns *fellahin* se haviam armado e dirigido para as dunas. Por insistência do governador, designou-se uma guarda armada para acompanhar os americanos no restante de sua jornada a Tebas e à Primeira Catarata. Ali, a quebra da colheita fora quase total, e milhares morriam de fome. Young tenta descrever uma imagem do “desastre bíblico” para os leitores do *Herald*: “Hoje os campos estão ressecados, pardos e crestados. Os fossos de irrigação, secos. Vêem-se tocos da última colheita da estação. Mas com exceção de alguns renques de mamoeiros e tamareiras extenuados e curvados, a terra não exhibe frutos. Uma lufada de areia sopra pela planície contribuindo para a tristeza do cenário.”<sup>4</sup>

Young, que se encantara tanto com as pessoas simples do Egito quanto com seus monumentos antigos, ficou horrorizado com a atitude depreciativa dos novos suseranos britânicos para com os dois. “O inglês”, observou, “olha essas pessoas de cima como seus cortadores de lenha e aguadeiros, cujo dever é trabalhar e agradecer a Deus quando não são açoitados. Só consideram esses monumentos

[enquanto isso] como reservatórios a partir dos quais abastecem seus próprios museus, e para essa finalidade têm saqueado o Egito, da mesma maneira como Lorde Elgin despojou a Grécia.” Young notou o fardo esmagador que a enorme dívida externa do país, então policiado pelos britânicos, punha sobre os ombros dos mais pobres e agora famintos. Quanto ao ex-presidente, aborrecia-se com a atitude despreocupada dos burocratas locais diante de um desastre de tamanha magnitude.<sup>5</sup>

Um ano depois, em Bombaim, Young constatou mais indícios que corroboravam sua tese de que a “influência inglesa no Oriente é apenas outro nome para a tirania inglesa”. Enquanto os Grants se maravilhavam com a visível infinidade de empregados à disposição dos *sahibs*, Young avaliava os custos do império com que arcavam os indianos. “Não existe maior despotismo”, concluiu, “nem mais absoluto que o governo da Índia. Poderoso, irresponsável, cruel...” Consciente de que mais de 5 milhões de indianos, pelos cálculos oficiais, haviam morrido de fome nos três anos anteriores, Young salientava que o “dinheiro que a Inglaterra tira da Índia todos os anos é um sério dreno no país, e está entre as causas de sua pobreza.”<sup>6</sup>

Partindo de Bombaim, o grupo de Grant passou por um campo do Deccan — “duro, esturricado e pardo” — que ainda exhibe as cicatrizes da pior seca na memória humana. “O trajeto foi empoeirado, pois não chovera desde setembro, e os poucos aguaceiros ocasionais que em geral acompanham o florescer das mangueiras, que não haviam ocorrido, passaram então a ser o pavor das pessoas, temendo que sua vinda arruinasse as colheitas em maturação.”<sup>7</sup> Depois das obrigatórias excursões turísticas ao Taj Mahal e Benares, os Grants tiveram um breve encontro com o vice-rei, Lorde Lytton, em Calcutá, e depois embarcaram, muito antes do planejado, para a Birmânia. Lytton iria mais tarde acusar o embriagado Grant de apalpar senhoras inglesas no jantar, enquanto do lado americano havia ressentimento pela demonstração de desconfiança do vice-rei em relação ao ex-presidente.<sup>8</sup> Confidente de Grant, o diplomata Adam Badeau imaginou que Lytton recebera “instruções da Inglaterra para não prestar deferência demais ao ex-presidente. Acreditava que o governo britânico não queria admitir para as populações semicivilizadas do Oriente que qualquer outra potência ocidental além da sua era importante, ou que alguma autoridade merecia reconhecimento além das deles”. (Grant, em consequência, recusou a solicitação de Badeau de que pedisse ao embaixador dos EUA em Londres que agradecesse aos britânicos.)<sup>9</sup>

Uma magnífica recepção na China compensou a arrogância de Lytton. Li Hongzhang, experiente estadista chinês e vitorioso na rebelião de Nian (que Young confundiu com a de Taiping), ansiava por obter ajuda americana nas difíceis negociações com o Japão em torno dos ryukus. Em consequência, 100 mil pessoas apareceram em Xangai para aclamar os Grants, enquanto uma banda local tentava com coragem arriscar o longo poema narrativo (1928) de Stephen Vincent Benét sobre a Guerra Civil dos EUA, “John Brown’s Body”. (O entusiasmo chinês, porém, foi sobretudo oficial. Ali não era o Egito. Young notara antes que os jovens mandarins das janelas de suas casas em Cantão “olhavam de cima os bárbaros com um ar arrogante, expressão de desprezo, de modo muito semelhante àquele com que nossos jovens em Nova York encarariam Touro Sentado ou Nuvem Vermelha de uma janela de clube enquanto os chefes indígenas desfilassem na Quinta Avenida”.)<sup>10</sup>

No itinerário de Tianjin até Pequim, os americanos ficaram exaustos com o “calor feroz, inflexível”, agravado pela deprimente paisagem de fome e miséria.<sup>11</sup> Três anos de seca e fome no norte da China — em termos oficiais, o “mais terrível desastre em vinte e uma dinastias da história chinesa” — haviam recentemente matado algo entre 8 milhões e 20 milhões de pessoas.<sup>12</sup> As autoridades consulares americanas, de fato muito nervosas, anotaram em seus despachos que “não fosse pela posse de armas aperfeiçoadas, turbas de pessoas famintas poderiam ter causado uma grave perturbação política”.<sup>13</sup> Em suas conversas com Li Hongzhang, Grant pregou-lhe um sermão com certa insolência, dizendo que as vias férreas talvez houvessem evitado aquela catástrofe: “Quanto à fome, da qual ouvira tantas histórias infelizes desde que chegara à China, seria uma bênção para o povo a existência de comunicações ferroviárias. Na América do Norte não poderia haver fome como a vista nos últimos anos na China, a não ser que, quase impossível num território tão vasto, fosse geral. Se a safra quebrassem em um estado, seria possível trazer suprimentos de outros com um pequeno gasto extra de dinheiro e tempo. Podíamos enviar trigo, por exemplo, de uma extremidade à outra do país em poucos dias.” Li Hongzhang respondeu que pessoalmente era a favor de estradas de ferro e telégrafos, mas infelizmente “suas opiniões sobre isso não eram compartilhadas por alguns dos seus colegas”.<sup>14</sup> O grande líder ching, claro, fazia uma heróica exposição atenuada dos fatos.

## A história secreta do século XIX

Depois de Pequim, Grant prosseguiu para Yokohama e Edo e rumou então para casa pelo Pacífico, ao encontro de uma entusiástica recepção em São Francisco que demonstrou a impressionante restauração de sua popularidade, levando-se em conta tão romântica e muitíssimo divulgada viagem a vários países do mundo. O câncer na garganta acabou impedindo outra investida à Casa Branca e obrigou o ex-presidente a entrar numa desesperada corrida para terminar suas famosas *Personal Memories*. Mas nada disso é importante para este prefácio. O relevante é a coincidência em suas viagens que o próprio Grant nunca reconheceu, mas que quase com toda certeza deve ter deixado perplexos os leitores da narrativa de Young: os encontros sucessivos com a seca e a fome épicas no Egito, na Índia e na China. Era quase como se os americanos seguissem inadvertidamente as pegadas de um monstro cuja colossal trilha de destruição se estendia do Nilo ao Mar Amarelo.

Como bem sabiam os leitores contemporâneos do *Nature* e de outros periódicos científicos, foi um desastre de magnitude verdadeiramente planetária, noticiando-se seca e fome também em Java, Filipinas, Nova Caledônia, Coréia, Brasil, África do Sul e o Magreb. Ninguém até então suspeitara ser possível tal sincronia extrema na escala de todo o cinturão das monções tropicais, mais o norte da China e o norte da África. Nem havia qualquer registro histórico de a fome atingir de modo simultâneo tantas terras distantes entre si. Embora só fossem possíveis rudimentares estimativas de mortalidade, ficou horripelantemente claro que o milhão de irlandeses mortos em 1845-47 se multiplicara por dez. O total de mortos de guerra convencional, de Austerlitz a Antietam e Sedan, segundo os cálculos de um jornalista britânico, talvez tenha sido menor que a mortalidade apenas no sul da Índia.<sup>15</sup> Só a Revolução de Taiping (1851-64) na China, a mais sangrenta guerra civil da história mundial, com uma estimativa de 20 milhões a 30 milhões de mortos, podia ostentar tantas vítimas.

Mas a grande seca de 1876-79 foi apenas a primeira das três crises de subsistência global na segunda metade do reinado de Vitória. Em 1889-91, anos secos mais uma vez trouxeram fome para Índia, Coréia, Brasil e Rússia, embora o pior sofrimento houvesse sido na Etiópia e no Sudão, onde morreu talvez um terço da população. Depois, em 1896-1902, as monções mais uma vez faltaram repetidas vezes em todas as regiões tropicais e no norte da China. Epidemias mortais de malária, peste bubônica, varíola, disenteria e cólera dizimaram milhões entre os já

debilitados pela fome. Os impérios europeus, juntamente com o Japão e os Estados Unidos, aproveitaram com ganância a oportunidade para criar novas colônias, desapropriar terras comunais e controlar novas fontes de plantação e mão-de-obra para minas. O que da perspectiva metropolitana pareceu a chama final da glória imperial do século XIX foi, do ponto de vista asiático ou africano, apenas a luz hedionda de uma gigantesca pira fúnebre.

Tabela P1  
Estimativa da mortalidade por fome

Índia	1876-79	10,3 milhões	Digby
		8,2 milhões	Maharatna
		6,1 milhões	Seavoy
	1896-1902	19,0 milhões	<i>The Lancet</i>
Total da Índia		8,4 milhões	Maharatna/Seavoy
		6,1 milhões	Cambridge
		12,2-29,3 milhões	
China	1876-79	20 milhões	Broomhall
		9,5-13 milhões	Bohr
	1896-1900	10 milhões	Cohen
Total da China		19,5-30 milhões	
Brasil	1876-79	0,5-1,0 milhão	Cunniff
	1896-1900	sem dados	
Total do Brasil		2 milhões	Smith
Total		31,7-61,3 milhões	

Fonte: Cf. William Digby, "Prosperous" *British India*, Londres, 1901; Arap Maharatna, *The Demography of Famine*, Déli, 1996; Roland Seavoy, *Famine in Peasant Societies*, Nova York 1986; *The Lancet*, 16 de maio de 1901; *Cambridge Economic History of India*, Cambridge, 1983; A. J. Broomhall, *Hudson Taylor and China's Open Century, Book Six, Assault on the Nine*, Londres, 1988; Paul Bohr, *Famine in China*, Cambridge, Mass., 1972; Paul Cohen, *History in Three Keys*, Nova York, 1997; Roger Cunniff, "The Great Drought: Northeast Brazil, 1877-1880", tese de doutorado, Universidade do Texas, Austin 1970; e T. Lynn Smith, *Brazil: People and Institutions*, Baton Rouge, La., 1954. Os capítulos 3 e 5 têm discussões detalhadas destas estimativas.

O tributo total de seres humanos dessas três ondas de seca, fome e doença não poderia ter sido inferior a 30 milhões de vítimas. Cinquenta milhões de mortes talvez seja um cálculo realista. (A Tabela P1 mostra uma série de estimativas da mortalidade pela fome de 1876-79 e 1896-1902 só na Índia, na China e no Brasil.) Embora as próprias nações famintas fossem os principais enlutados, houve alguns europeus contemporâneos que também entenderam a magnitude moral

de tamanha carnificina, e como ela anulou em termos fundamentais as apologias do império. Assim, o jornalista radical William Digby, principal cronista da fome de Madras de 1876, profetizava às vésperas da morte da Rainha Vitória que quando “o papel desempenhado pelo Império Britânico no século XIX for analisado pelo historiador daqui a cinqüenta anos, as mortes desnecessárias de milhões de indianos serão seu principal e mais notório monumento”.<sup>16</sup> Um ilustríssimo vitoriano, o famoso naturalista Alfred Russel Wallace, co-descobridor com Darwin da teoria da seleção natural, concordou, exaltado. Assim como Digby, considerou a fome em massa uma tragédia política evitável, não um desastre “natural”. Num famoso balanço da era vitoriana, publicado em 1898, definiu a fome na Índia e na China, além da pobreza dos cortiços das cidades industriais, como “os mais terríveis fracassos do século”.<sup>17</sup>

Mas enquanto o cortiço dickensiano subsiste no currículo da história mundial, os filhos da fome de 1876 e 1899 desapareceram. Quase sem exceção, os historiadores modernos que escrevem sobre a história mundial do século XIX, de um privilegiado ponto de vista metropolitano têm ignorado as mega-secas e fomes de fins da era vitoriana que engoliram o que agora chamamos de “Terceiro Mundo”. Eric Hobsbawm, por exemplo, não faz nenhuma insinuação em sua famosa trilogia sobre a história do século XIX às piores fomes em talvez 500 anos da Índia e da China, embora cite a Grande Fome na Irlanda, assim como a fome russa de 1891-92. De modo semelhante, a única referência de David Landes à fome, em *A riqueza e a pobreza das nações* — obra-prima destinada a resolver o mistério da desigualdade entre as nações — é a errônea afirmação de que as estradas de ferro britânicas aliviaram na Índia.<sup>18</sup> Numerosos outros exemplos poderiam ser citados da curiosa negligência dos historiadores contemporâneos a acontecimentos de tal porte. É o mesmo que escrever a história do final do século XX sem mencionar a fome do Grande Salto Para Frente nem os campos de morte do Camboja. As grandes fomes são as páginas que faltam — os ausentes momentos definidores, se preferirem — em quase todo esboço geral da era vitoriana. Contudo, há motivos obrigatórios, até mesmo urgentes, para reexaminar essa história secreta.

Não está em questão apenas a estupefacente morte de dezenas de milhões de camponeses pobres, mas o fato de morrerem de uma forma e por motivos que contradizem grande parte da compreensão convencional da história econômica do século XIX. Por exemplo, como explicamos o fato de que na metade do século, quando a fome em tempos de paz desapareceu para sempre da Europa Oci-

dental, tenha aumentado de forma tão devastadora em grande parte do mundo colonial? Do mesmo modo, como pesarmos as presunçosas afirmações sobre os benefícios vitais do transporte a vapor e dos modernos mercados de grãos, quando tantos milhões, sobretudo na Índia britânica, morreram ao lado dos trilhos das ferrovias ou nos degraus dos depósitos de grãos? E como explicarmos, no caso da China, o drástico declínio na capacidade do Estado de proporcionar assistência social popular, em especial no socorro à fome, que pareceu seguir a passo travado com a forçada “abertura” do império para a modernidade pela Grã-Bretanha e as outras potências?

Em outras palavras, não estamos tratando de “terras de fome” paradas nas águas estagnadas da história mundial, mas do destino da humanidade tropical no exato momento (1870-1914) em que sua mão-de-obra e seus produtos eram dinamicamente recrutados para uma economia mundial centralizada em Londres.<sup>19</sup> Milhões morreram, não fora do “sistema mundial moderno”, mas exatamente no processo de violenta incorporação nas estruturas econômicas e políticas desse sistema. Morreram na idade de ouro do capitalismo liberal; na verdade, muitos foram assassinados, como veremos, pela aplicação teológica dos princípios sagrados de Smith, Bentham e Mill. Mas o único historiador do século XX que parece ter claramente compreendido que as grandes fomes vitorianas (pelo menos, no caso indiano) eram capítulos integrais na história da modernidade capitalista foi Karl Polanyi, em seu livro de 1944, *The Great Transformation*. “A verdadeira origem das fomes nos últimos cinqüenta anos”, escreveu, “foi a livre comercialização de grãos, combinada com a falta de rendimentos locais”:

A quebra das safras, claro, fazia parte do quadro, mas o transporte de grãos por ferrovias possibilitava o envio de socorro às áreas ameaçadas; o problema era que as pessoas não tinham meios de comprar o milho a preços em vertiginosa ascensão, o que em um mercado livre mas mal organizado tinha de ser uma reação à escassez. Em tempos anteriores, os pequenos depósitos locais haviam-se protegido contra colheitas insuficientes, mas agora se achavam fechados ou absorvidos pelo grande mercado. (...) Sob os monopolistas, a situação se mantivera bastante controlada com a ajuda da organização arcaica do campo, incluindo a distribuição gratuita de milho, enquanto sob a troca livre e igual os indianos pereceram aos milhões.<sup>20</sup>

Polanyi, contudo, acreditava que a ênfase dada pelos marxistas aos aspectos exploradores do imperialismo de fins do século XIX tendia a “esconder da nossa visão a questão ainda maior da degeneração cultural”:

A catástrofe da comunidade nativa é um resultado direto da rápida e violenta ruptura das instituições básicas da vítima (se a força é ou não usada no processo, não parece, absolutamente, relevante). Essas instituições são rompidas pelo fato mesmo de uma economia de mercado ser impingida a uma comunidade de organização completamente diferente; o trabalho e a terra são transformados em mercadorias, o que, mais uma vez, é apenas uma fórmula curta para a liquidação de toda e qualquer instituição cultural em uma sociedade orgânica ... As massas indianas na segunda metade do século XIX não morreram de fome porque eram exploradas por Lancashire; pereceram em grande número porque tinha sido destruída a comunidade de aldeia indiana.<sup>21</sup>

O famoso ensaio de Polanyi tem a valiosa virtude de derrubar um fetiche smithiano após o outro, a fim de mostrar que o caminho para a “nova ordem mundial” vitoriana era pavimentado com os corpos dos pobres. Mas ele ao mesmo tempo reifica o “Mercado” como autônomo, de um modo que tornou ainda mais fácil para alguns discípulos a visualização da fome como uma inadvertida “dor de parto” ou “atrito de transição”. Não foi culpa da evolução para a subsistência mundial baseada no mercado. A comercialização da agricultura elimina a reciprocidade no nível de aldeia que, por tradição, garantia a assistência social aos pobres durante as crises. (Quase como se dissesse: “Puxa, erro de sistema: cinquenta milhões de cadáveres. Desculpem. Da próxima vez, inventaremos um código da fome.”)

Mas os mercados, para brincar com as palavras, são sempre “feitos”. Apesar da ideologia abrangente de que os mercados funcionam espontaneamente (e, em conseqüência, “no capitalismo, não existe ninguém a quem se possa atribuir a culpa nem a responsabilidade, as coisas simplesmente acontecem dessa forma por mecanismos anônimos”),<sup>22</sup> eles de fato têm histórias políticas inextricáveis. E a força — contra Polanyi — é “em tudo relevante”. Como discutiu Rosa Luxemburgo em sua clássica análise (1913) da incorporação do campesinato asiático e africano no mercado mundial de fins do século XIX:

Cada nova expansão colonial é acompanhada, como de praxe, por uma inexorável luta do capital contra as ligações sociais e econômicas dos nativos, que também são forçosamente espoliados dos seus meios de produção e força de mão-de-obra. Qualquer esperança de restringir a acumulação de capital exclusivamente à “competição pacífica”, isto é, regular a troca de mercadorias como ocorre entre os países produtores capitalistas, apóia-se na devota convicção de que o capital (...) pode depender de lento processo interno da desintegração de uma economia natural. A acumulação, com sua expansão espasmódica, não pode mais esperar nem se satisfazer com uma desintegração interna natural das formações não capitalistas e sua transição para a economia de mercado, que pode esperar e se satisfazer com o aumento natural da população ativa. A força é a única solução disponível para o capital; a acumulação de capital, vista como um processo histórico, emprega a força como uma arma permanente...<sup>23</sup>

As fomes que Polanyi descreve em termos abstratos como baseadas em ciclos de mercado e circuitos comerciais faziam parte dessa violência permanente. “Milhões morrem” era em última instância uma opção política: realizar tais massacres exigia (na frase sarcástica de Brecht) “um brilhante modo de organizar a fome”.<sup>24</sup> As vítimas tinham de ser amplamente derrotadas com muita antecedência do seu lento definhamento até virar pó. Embora as equações talvez sejam mais elegantes, é necessário dar nomes e rostos aos agentes humanos dessas catástrofes, assim como compreender a configuração das condições sociais e naturais que tolheram a liberdade de suas decisões. É igualmente imperativo levar em consideração as resistências, grandes e pequenas, oferecidas pelos trabalhadores famintos e camponeses pobres para tentar escapar às sentenças de morte aprovadas pelos especuladores de grãos e procônsules coloniais.

### “Prisioneiros da fome”

Assim, as Partes I e II deste livro aceitam o desafio da tradicional história narrativa. A seca sincrônica e devastadora proporcionou um palco ambiental para os complexos conflitos sociais que se estenderam desde o nível interaldeia ao governo britânico de Whitehall e ao Congresso de Berlim. Embora a quebra das safras e a falta de água fossem de proporções épicas — muitas vezes as piores em séculos — havia quase sempre excedentes de grãos em outros pontos do país ou império que poderiam, potencialmente, ter socorrido as vítimas da seca. A fome absoluta, a

não ser talvez na Etiópia em 1889, nunca foi a questão. Erguendo-se entre a vida e a morte, em vez disso, estavam, de um lado, os modernos mercados de produtos e a especulação de preços, e do outro a vontade do Estado (afetada pelo protesto popular). Como veremos, a capacidade dos Estados de socorrer a falta de colheitas e a maneira como a política da fome descontava os recursos existentes diferiram drasticamente. Em um extremo havia a Índia britânica sob vice-reis como Lytton, o segundo Elgin e Curzon, onde o dogma smithiano e o frio egoísmo imperial permitiram imensas exportações de grãos para a Inglaterra em meio à fome hedionda. No outro extremo, o trágico exemplo de Menelik II, da Etiópia, que lutou heroicamente mas com pouquíssimos recursos para salvar seu povo de uma conjugação verdadeiramente bíblica de flagelos naturais e artificiais.

Vistos de uma perspectiva ligeiramente diferente, os indivíduos deste livro foram triturados entre os dentes de três enormes e implacáveis engrenagens da história moderna. No primeiro caso, o emaranhado fatal de acontecimentos extremos entre o sistema climático e a economia mundial de fins do período vitoriano. Foi uma das importantes novidades do período. Até a década de 1870 e a criação de uma rudimentar rede internacional de informação meteorológica, havia pouca noção científica de que fosse sequer possível uma seca em escala planetária; além disso, até a mesma década, a Ásia rural ainda não estava suficientemente integrada na economia global para transmitir ou receber ondas de choque econômico do outro lado do mundo. A década de 1870, contudo, ofereceu numerosos exemplos de um novo círculo vicioso (que Stanley Jevons foi o primeiro economista a reconhecer), relacionando o tempo com as perturbações dos preços causadas por um mercado internacional de grãos.<sup>25</sup> De repente, o preço do trigo em Liverpool e a tempestade em Madras passaram a ser variáveis na mesma imensa equação da sobrevivência humana.

Os primeiros seis capítulos mostram dezenas de exemplos da maligna interação entre os processos climáticos e econômicos. A maior parte dos agricultores indianos, brasileiros e marroquinos, por exemplo, que passara fome em 1877 e 1878, já empobrecera e ficara vulnerável a ela com a crise econômica mundial (a “Grande Depressão” do século XIX) iniciada em 1873. O rápido e vertiginoso aumento dos déficits comerciais da China da dinastia Ching — artificialmente engendrado em primeiro lugar por narcotraficantes britânicos — acelerou igualmente o declínio dos silos “sempre-normais” que eram a primeira linha de defesa do império chinês contra a seca e a inundação. De modo oposto, a seca no Nordeste do Brasil em 1889 e 1891 prostrou a população dos sertões antes das crises econômicas e políticas da nova República e, em consequência, aumentou o impacto delas.

Mas Kondratieff (teórico das “longas ondas” econômicas) e Bjerknes (teórico das oscilações do El Niño) precisam ser complementados por Hobson, Rosa de Luxemburgo e Lênin. O Novo Imperialismo foi a terceira engrenagem dessa história catastrófica. Como mostrou Jill Dias, de forma muito brilhante, no caso dos portugueses na Angola do século XIX, a expansão colonial sincopou misteriosamente os ritmos do desastre natural e da doença epidêmica.<sup>26</sup> Cada seca global foi o sinal verde para uma corrida imperialista pela terra. Se a seca sul-africana de 1877, por exemplo, foi a oportunidade de Carnarvon para atacar a independência zulu, a fome etíope de 1889-91 foi o aval de Crispi para construir um novo Império Romano no Chifre da África. Também a Alemanha guilhermina explorou as inundações e a seca que devastaram Shandong no final da década de 1890 para expandir agressivamente sua esfera de influência no norte da China, enquanto os Estados Unidos, ao mesmo tempo, usaram a fome e a doença causadas pela seca como armas para esmagar a República das Filipinas de Aguinaldo.

Mas as populações agrícolas de Ásia, África e América do Sul não entraram tranquilamente na nova Ordem Imperial. As fomes são guerras pelo direito de existência. Embora a resistência à fome na década de 1870 (à parte o sul da África) fosse esmagadoramente local e turbulenta, com poucos casos de organização insurrecional mais ambiciosa, sem a menor dúvida teve muito a ver com as recentes lembranças do terror de estado da repressão do Motim Indiano e da Revolução de Taiping. A década de 1890 foi uma história inteiramente diferente, e os historiadores modernos têm estabelecido com muita clareza a contribuição da seca/fome na Rebelião dos Boxers, no movimento coreano de Tonghak, na sublevação do Extremismo Indiano e na Guerra de Canudos brasileira, além de inúmeras revoltas no leste e no sul da África. Os movimentos milenaristas que varreram o futuro “terceiro mundo” em fins do século XIX extraíram grande parte de sua ferocidade escatológica da agudeza dessas crises de subsistência e ambientais.

Mas e quanto ao papel da Natureza nessa história sangrenta? O que gira a grande roda da seca? E tem ela uma periodicidade intrínseca? Como veremos na Parte III, a seca sincrônica — resultante de maciços deslocamentos na localização sazonal dos principais sistemas de tempo tropical — era um dos grandes mistérios científicos do século XIX. A descoberta teórica fundamental só ocorreu em fins da década de 1960, quando Jacob Bjerknes, da UCLA, mostrou pela primeira vez que o Oceano Pacífico equatorial, agindo como um motor de calor planetário acoplado aos ventos alísios, afetava os padrões de precipitação em todos os trópicos, e mesmo nas regiões temperadas. Os rápidos aquecimentos do leste do Pací-



fico tropical (chamados de El Niño), por exemplo, associam-se a períodos de chuva fracos e à seca sincrônica ao longo de vastas partes de Ásia, África e nordeste da América do Sul. Nas raras vezes em que o leste do Pacífico fica inusitadamente frio, por outro lado, o padrão se inverte (a chamada La Niña), e ocorrem precipitação e inundação anormais nas mesmas regiões “teleconectadas”. Toda a vasta gangorra de massa aérea e temperatura oceânica, que também se estende pelo Oceano Índico, é em termos formais conhecida como “Oscilação Sul do El Niño” (ou ENSO, para abreviar — acrônimo em inglês de El Niño-Southern Oscillation).

As primeiras cronologias confiáveis de fenômenos El Niño, reconstruídas com muito esmero a partir de dados meteorológicos e vários registros (entre eles até os diários dos conquistadores), foram reunidas na década de 1970.<sup>27</sup> O extremamente poderoso El Niño de 1982 despertou renovado interesse pela história do impacto de fenômenos antigos. Em 1986, dois pesquisadores, trabalhando a partir de um laboratório de pesquisa meteorológica no Colorado, publicaram uma comparação detalhada de dados meteorológicos das anomalias de 1876 e 1982, que identificava a primeira como um acontecimento ENSO paradigmático: talvez o mais poderoso em 500 anos (ver Figura P2).<sup>28</sup> De modo semelhante, a extraordinária sucessão de secas tropicais e faltas das estações chuvosas em 1896-97, 1899-1900 e 1902 estavam firmemente relacionadas aos aquecimentos do El Niño do leste do Pacífico. (Além disso, a inundação de 1898 do Rio Amarelo foi provavelmente um fenômeno La Niña.) Na verdade, o último terço do século XIX, como o último terço do XX, apresentam uma excepcional intensificação da atividade do El Niño em relação à média.<sup>29</sup>

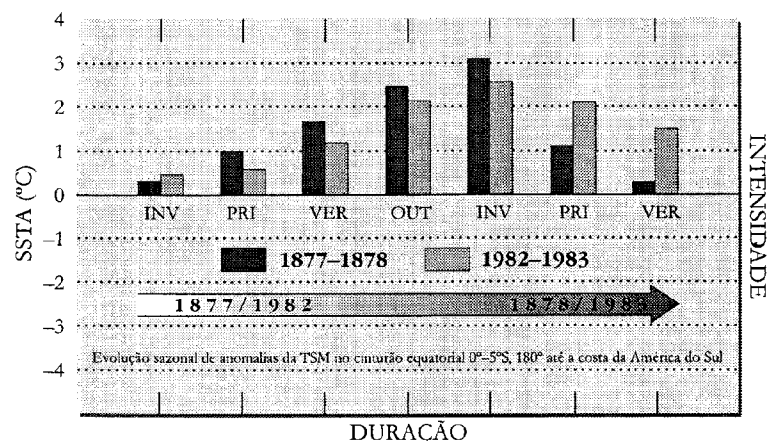


Figura P2 Comparação dos Fenômenos El Niño de 1877-78 e 1882-83

Embora, para a ciência, as sujas impressões digitais da ENSO estejam por toda parte nos desastres climáticos do período vitoriano, os historiadores ainda precisam compreender grande parte dessa descoberta. Na última geração, porém, geraram uma riqueza de estudos de casos e monografias que aprofundaram infinitamente nossa compreensão do impacto das forças de mercado mundiais sobre os agricultores não europeus em fins do século XIX. Agora temos uma compreensão muito melhor de como os meeiros no Ceará, os produtores de algodão em Berar e os camponeses pobres no leste de Shandong estavam ligados à economia mundial, e porque isto os tornou mais vulneráveis à seca e à inundação. Também temos magníficas análises de peças maiores do quebra-cabeça: o declínio dos sistemas de controle de inundação e de estoque dos chings, a estrutura interna dos setores de exportação de trigo e algodão da Índia, o papel do racismo no desenvolvimento regional no século XIX do Brasil, e assim por diante

A Parte IV é uma ambiciosa tentativa de examinar esta imensa literatura em busca de vislumbres das forças que nos bastidores criaram a vulnerabilidade à fome e determinaram, em última instância, quem morreu. Se os primeiros capítulos narrativos das Partes I e II introduziram fatores econômicos conjunturais abruptos (como o fim da grande prosperidade do algodão ou a recessão do comércio mundial), esses penúltimos tratam dos processos estruturais mais lentos: a perversa lógica da subsistência comercializada, as conseqüências dos acordos de renda coloniais, o impacto do novo Padrão Ouro, o declínio da irrigação nativa, o colonialismo informal no Brasil e assim por diante. Começando com um capítulo que oferece um panorama da ordem econômica vitoriana em geral — e as contribuições estratégicas dos camponeses indianos e chineses, em particular, para manter a hegemonia comercial britânica — ofereço resumos críticos de trabalhos recentes sobre a Índia, a China e o Brasil do século XIX.

Trata-se de uma “ecologia política da fome”, pois adota o ponto de vista ao mesmo tempo da história ambiental e da economia política marxista: uma visão da história das crises de subsistência que teve como pioneiro Michael Watts em seu livro de 1983, *Silent Violence: Food, Famine, and Peasantry in Northern Nigeria*.<sup>30</sup> Embora sejam possíveis outros termos e filiações abrangentes, o fato de Watts e seus co-pensadores rotularem seu contínuo trabalho de “ecologia política” me convence a fazer o mesmo, no mínimo para expressar minha dívida e solidariedade. (Os que conhecem o livro de Watts reconhecerão com facilidade sua influência nesta obra.)

Por fim, tentei acolher a indispensável ênfase de David Arnold sobre as fomes como “motores de transformação histórica”.<sup>31</sup> As grandes fomes vitorianas foram usinas e aceleradores das forças socioeconômicas que garantiram sua ocorrência, para começar. Uma tese fundamental deste livro e do que hoje chamamos de “Terceiro Mundo” (termo da Guerra Fria)<sup>32</sup> é o crescimento excessivo das desigualdades de renda e riqueza — a famosa “lacuna de desenvolvimento” — formada de modo mais decisivo no último quarto do século XIX, quando os grandes camponeses não europeus foram inicialmente integrados na economia mundial. Como assinalaram recentemente outros historiadores, quando se tomou de assalto a Bastilha, as divisões de classes verticais dentro das principais sociedades do mundo não foram recapituladas como dramáticas diferenças de renda entre sociedades. As diferenças de padrões de vida, digamos, entre um francês *sans-culotte* e um fazendeiro do Deccan eram relativamente insignificantes, comparadas ao abismo que separava os dois de suas classes governantes.<sup>33</sup> Próximo ao final do reinado de Vitória, porém, a desigualdade das nações era tão profunda quanto a de classes. A humanidade fora irrevogavelmente dividida. E os famosos “prisioneiros da fome”, que a *Internacional* exorta à sublevação, eram invenções tão modernas de fins do mundo vitoriano quanto as lâmpadas elétricas, as pistolas Maxim e o racismo “científico”.

## Dois

### “Os pobres comem seus lares”

A história não contém registro de um tão terrível e perigoso estado de coisas, e se não forem tomadas medidas imediatas de socorro, toda a região deve ficar despovoada.

— Governador de Shanxi, 1877

A Índia não estava só em sua miséria. Embora seu destino surpreendentemente despertasse pouca atenção na Inglaterra, dezenas de milhares morriam de fome e cólera na Província Noroeste do Ceilão, sobretudo em Jafnapatam e Kadavely.<sup>1</sup> Enquanto isso, eram relatados horrores comparáveis no norte da China, na Coreia, no sul de Java e em Bornéu, Visayas, Egito, Argélia, Marrocos, Angola, África do Sul e nordeste do Brasil. Por toda a vasta região indo-pacífica, as leituras barométricas “caracterizavam-se pelos mais extremos desvios da pressão normal (...) desde que começaram os registros”. A metade atmosférica da ENSO — a enorme gangorra atmosférica da Oscilação Sul, cujo ponto de apoio era próximo da Linha Internacional de Mudança de Data no centro do Pacífico — causava estragos nos registros meteorológicos em todas as partes do mundo. Em Santiago do Chile, a pressão padronizada da estação despencou de quase normal, em agosto de 1876, para a mais baixa já registrada em setembro, ao mesmo tempo que, de modo inverso, nos barômetros de Jacarta começaram a subir rapidamente em setembro, alcançando uma altura recorde em agosto de 1877 (3,7 desvios-padrão acima da média). “A extensão espacial das anomalias de pressão foi imensa, com registros ocorrendo no Líbano, na Austrália e na Nova Zelândia”. De modo semelhante, as temperaturas da superfície e as temperaturas das brisas marinhas à noite, de outu-

bro de 1877 a março de 1878, foram as mais altas da história. A notoriamente inconstante Monção do Leste Asiático e a em geral confiável Monção Árabe (cuja precipitação sobre a bacia do Nilo Azul nas regiões montanhosas etíopes torna-se a inundação anual do rio) desastrosamente não alcançaram suas latitudes normais. O aparente retorno às condições mais normais em fins de 1877 produziu de forma abrupta um surto secundário de condições do El Niño no início de 1878, quando a pressão mais uma vez despencou em Santiago e subiu em Jacarta. No nordeste do Brasil, a seca continuou pelo outono de 1879.<sup>2</sup>

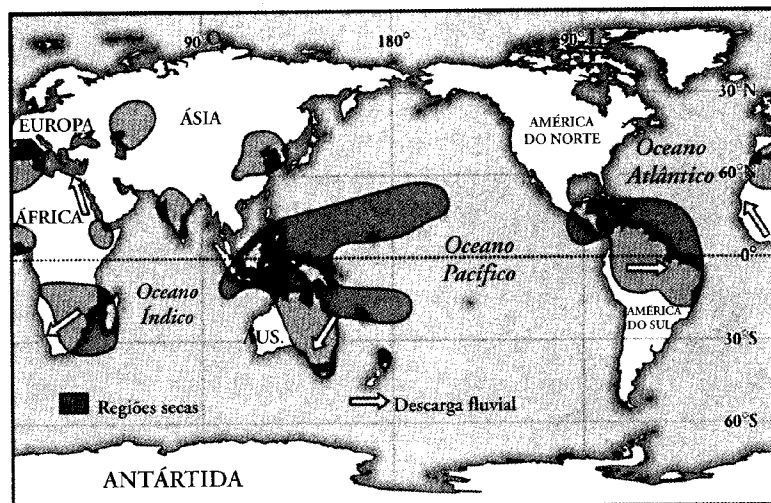


Figura 2.1 A Seca Global, 1876-75

O impacto da seca do El Niño foi agravado pela pior recessão global do século XIX. “A inebriante expansão econômica da Era do Capital”, escreve Eric Foner, “chegou a uma abrupta parada em 1873”. O estouro de uma bolha especulativa das ações das ferroviárias americanas (simbolizada pelo colapso da Jay Cooke and Company de Nova York) logo se tornou uma crise mundial que “criou um ambiente de negócios inteiramente novo, de desenfreada concorrência e inexorável espiral de queda de preços”.<sup>3</sup> O massacre do capital fictício em Wall Street foi pontualmente seguido pela queda de preços reais na Bolsa de Algodão de Manchester e o vertiginoso aumento do desemprego nos centros industriais de Pensilvânia, Nova Gales do Sul, Saxônia e Piemonte. A deflação logo passou a ser também uma ameaça batendo na porta dos agricultores tropicais. O abrupto declínio da demanda

metropolitana de produtos tropicais e coloniais básicos coincidiu com um enorme aumento nas exportações agrícolas, quando as ferrovias abriram as pradarias americanas e russas e o Canal de Suez encurtou as distâncias entre a Europa, a Ásia e as Antípodas. O resultado em toda parte foi a intensificada competição e a queda abrupta da renda agrícola. Os preços nos mercados mundiais de algodão, arroz, tabaco e açúcar despencaram em muitas regiões para seu custo de produção, ou até menos.<sup>4</sup>

Os milhões de fazendeiros apenas recém-incorporados às redes de mercado ou cadeias do comércio mundial foram desse modo açoiados por perturbações econômicas, cujas origens pareciam tão misteriosas quanto as do tempo. No oeste da Índia, na Argélia, no Egito (que mergulhou na bancarrota em 1876), e no nordeste do Brasil, além de Angola, Queensland, Fiji e Samoa, onde os interesses de Lancashire haviam orquestrado a conversão de extensas áreas de agricultura de subsistência em áreas de produção de algodão durante a Guerra Civil americana, a estrondosa prosperidade desmoronou com o retorno das exportações de algodão do sul, encalhando centenas de milhares de pequenos fazendeiros em pobreza e dívidas (ver Tabela 2.1).<sup>5</sup>

Tabela 2.1  
A “Fome de Algodão” e depois  
(Porcentagem das importações de algodão pelo Reino Unido)

	EUA	Egito	Brasil	Índia
1860	80	3	1	15
1865	19	21	6	50
1870	54	12	5	25

Fonte: Adaptada de “King Cotton: Monarch or Pretender?”, de David Surdam, *Economic History Review* 61:1 (fev. de 1998), p. 123.

Os produtores de açúcar no Brasil, nas Filipinas e nas Índias Orientais Holandesas foram igualmente atingidos pelos preços em queda e a ascendente competição do açúcar de beterraba europeu, enquanto as tradicionais exportações de grãos, lã e couro do Marrocos declinaram diante da nova competição da Austrália e da Índia após a abertura do Canal de Suez. No Cabo, os produtores de trigo e vinicultores, junto com os criadores de gado, enfrentaram “os frios ventos do livre comércio e das dívidas”, além “da inflexível ortodoxia das finanças imperiais no modelo do Standard Bank”.<sup>6</sup> Os produtores de chá chineses também tiveram de lidar com a repentina rivalidade de

Assam e Ceilão, enquanto o Japão se quebrava com o monopólio da China nas exportações de seda asiática. Em 1875, a agitação e os distúrbios agrários, na maior escala desde a grande crise de 1846-49, espalharam-se por todo o globo.

## II. Brasil

Enquanto isso, a meio globo de distância, o interior do nordeste do Brasil esturricava sob um sol implacável e céu sem nuvens. O sertão é uma planície alta, ondulante, interrompida apenas por planaltos de cimos lisos e montes residuais rochosos de granito em decomposição. A precipitação atmosférica é dramaticamente orquestrada pelo El Niño e poucas paisagens mudam de aspecto de forma tão radical entre as estações ou anos úmidos e secos. “A natureza aqui se regozija”, escreveu Euclides da Cunha em seu épico *Os Sertões*, “em um jogo de antíteses”.<sup>68</sup> Quando, depois de uma árdua cavalgada da capital costeira do Ceará, Fortaleza, o famoso geólogo de Harvard Louis Agassiz e sua esposa vislumbraram pela primeira vez o sertão encharcado em abril de 1868, ficaram espantados com sua exuberância. Esperando uma terra improdutiva, viram, ao contrário, uma “verdejante pradaria magnificamente viçosa”.<sup>69</sup> Mas quando Herbert Smith, “correspondente especial da fome” da *Scribner’s Magazine*, contemplou o interior do Ceará uma década depois, era a antítese: “um deserto seco, triste, chamuscado pelo calor”. Quinhentos mil sertanejos haviam acabado de morrer de

fome e varíola.<sup>70</sup> (Euclides observou, de modo um tanto necrófilo, que naquelas condições, os corpos de homens e cavalos mortos eram perfeitamente mumificados pela extrema aridez, “sem qualquer decomposição indecorosa”).<sup>71</sup>

A seca no Nordeste começou seis meses após a falta das chuvas de verão na Índia. (As secas indianas, como veremos, tendem a “antecipar” os aquecimentos do El Niño no Pacífico tropical leste por uma estação, enquanto as brasileiras “se atrasam” uma, às vezes, duas estações.) “Vagos rumores de seca”, segundo Smith, chegaram ao litoral pela primeira vez em fevereiro de 1877.<sup>72</sup> A preocupação era maior no Ceará, onde a colheita do ano anterior, depois da escassez das chuvas do inverno, também fora fraca, mas também havia apreensão sobre as condições agrícolas no alto sertão de Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Em março, os temidos “ventos da seca” — os noroestes constantes e desidratantes — controlaram o tempo, e os bispos preocupados ordenaram orações *ad pretendam pluviam* em todas as igrejas. “A maioria dos sertanejos”, escreve o historiador Roger Cuniff, “transpôs a tênue linha entre a esperança de um inverno atrasado e o desespero total durante as primeiras duas semanas de abril. Já tendo perdido duas plantações nos falsos invernos de janeiro e março evitaram, temerosos, cultivar o que restara de seus parques suprímentos quando surgiram chuvas leves, a fim de não ficar sem nada para as longas migrações que já começavam, ou para sustentar-se durante os longos meses da seca que agora certamente se abateria sobre eles”.<sup>73</sup>

Depois, alguns estudiosos afirmariam que a seca se “devera ao extremo desmatamento provocado pelo cultivo cada vez maior de algodão”.<sup>74</sup> Sem dúvida, o colapso da estrondosa prosperidade do algodão desgraçou grande parte da população sertaneja, e eles agora começavam a vagar à procura de trabalho ou qualquer tipo de subsistência. Alguns se amontoavam em volta do punhado de cidades de feira marginalmente prósperas, nos vales do rio que drena o alto sertão, enquanto outros, muitas vezes em grupos de extensas famílias, migravam por centenas de quilômetros. Quanto aos fazendeiros, deram ordens para que seus vaqueiros reunissem parte do gado e o levassem para as serras mais úmidas ou pelo sertão até o Piauí, onde as chuvas não faltaram, sacrificando ao mesmo tempo o resto para tirar o couro e corte. Em alguns lugares, partilhavam essa inesperada sorte de carne com os pobres; em outros, os pobres apenas tomavam o que precisavam sem permissão. Os sertanejos, “os homens mais honrados do mundo”, começaram a roubar gado, e até a saquear fazendas. Em Quixeramobim, os pobres ocuparam o poder por um breve período, advertindo que “não têm de morrer de fome, sabendo que é nas casas dos ricos que estão o dinheiro e a comida”.<sup>75</sup>



Figura 2.7 Nordeste do Brasil: A Grande Seca, 1876-78

## OS FLAGELADOS

Mas a caridade e a revolta só adiaram a fome até meados do verão. Então, segundo Smith, "os homens de bem se afastaram e clamaram em seus corações a Deus". Mesmo antes, muitos fazendeiros abastados negociavam os escravos por grão e trocavam as fazendas agonizantes pelas cidades.<sup>76</sup> Os pobres agora revolviavam a esquelética caatinga à procura de xiquexiques, o miolo da carnaubeira, até as raízes do pão-de-pobre [mandioca], usadas em geral pelos fazendeiros para envenenar formigueiros. ("Os refugiados, desesperados de fome depois da longa marcha, e desconhecendo a característica venenosa da planta, a cozinhavam e comiam. Algumas horas depois, ficavam completamente cegos.")<sup>77</sup> Em julho e agosto começaram a aparecer cadáveres à beira de estradas e casas abandonadas; em setembro e outubro, dezenas morriam diariamente e o beribéri grassava nos fétidos acampamentos nos arredores de cidades como Acaracu, Icó e Telha. Para que a população do sertão, em especial no Ceará, sobrevivesse no lugar até o inverno, seria necessário importar comida em enormes quantidades.<sup>78</sup>

Como na Índia ou na China, o comércio de grãos era desesperadamente desigual para essa tarefa. Um punhado de comerciantes oportunistas obtinha lucros espetaculares sem reduzir em nada a fome do interior. "Os poucos fornecimentos de víveres chegavam de outras províncias e eram enviados para as cidades do interior em lombo de cavalo; mas muitas vezes os animais morriam no caminho, ou as caravanas eram roubadas. Em alguns lugares onde não havia cavalos, os mantimentos eram levados nos ombros dos homens. As poucas cestas de farinha de mandioca obtidas deste modo eram vendidas no varejo pelos comerciantes a preços fabulosos — muitas vezes, oito ou dez vezes acima do normal — de modo que só os ricos podiam comprar." Como a maioria dos governos locais, com exceção do rico porto do Recife, já estava falida antes do início da seca, a responsabilidade pela emergência passou para os presidentes das províncias, alguns dos quais, como o recém-nomeado do Ceará, Caetano Estelita, desconheciam totalmente as condições do sertão. Embora a constituição de 1824 garantisse a subsistência como um direito de todo cidadão brasileiro, os sertanejos tinham poucos defensores. O utilitarismo britânico e o darwinismo social (acima de tudo, Herbert Spencer) haviam feito excessivas incursões predatórias no pensamento liberal, enquanto os conservadores seguiam uma hierarquia de igreja que pregava que a seca "era castigo de Deus por o Brasil aceitar os costumes materialistas do século XIX". ("Contra Deus", trovejou um líder conservador durante um debate legislativo sobre combate à fome, "não existe nenhuma insurreição virtuosa.")<sup>79</sup>

Em conseqüência, perderam-se meses preciosos em abstratos debates filosóficos, até o conservador Estelita — chocado com a horda de sertanejos indiscutivelmente famintos que de repente invadira Fortaleza — começar a enviar ajuda ao interior. A essa altura, não restara mais quase pasto ou água para os cavalos de carga, portanto ficou impraticável transportar comida direto do litoral. (*O Cearense* noticiou casos de todos os animais em caravanas abarrotadas de ajuda morrerem nas fúteis tentativas de levar comida a Tauá e outros municípios do interior.)<sup>80</sup> O presidente em vez disso enviou dinheiro, grande parte levantada por migrantes cearenses no resto do Brasil, às municipalidades sitiadas do sertão. Isso teve um impacto lamentavelmente pequeno na enorme crise de subsistência.

A última esperança de prevenir uma fatal debandada para o litoral foi a medida verdadeiramente heróica tomada pelo ministro de assuntos imperiais, Antônio da Costa Pinto. Como o governo imperial também labutava sob um pesado déficit, Costa Pinto preferiu optar por representar o papel de Sir Richard Temple, transformando um simples desastre numa catástrofe. Autorizou limitados carregamentos de comida para o Nordeste, mas tirou o controle das despesas do socorro dos antes autônomos presidentes provinciais. Nesse meio tempo, enquanto os legisladores no Rio desperdiçavam junho e início de julho debatendo planos inexecutáveis para o desenvolvimento do sertão, os refugiados da seca fugiam precipitadamente dos desertificados interiores do Ceará e Pernambuco para oásis como o Vale do Cariri, no sudeste do Ceará, Triunfo, em Pernambuco, e Açu, no Rio Grande do Norte. Longe de aliviar a crise, observa Cunniff, isso apenas generalizou o empobrecimento nas áreas onde as chuvas não haviam faltado:

As massas de pessoas e gado famintos transportavam a destruição da seca para regiões que haviam escapado dos efeitos meteorológicos. Triunfo queixou-se de que fora convertida num "rancho de gado para os maus-tratos dos pobres pelos ricos". O gado errante deslocou-se para as regiões agrestes "... esmagando a cana-de-açúcar, a mandioca e outras colheitas, e reduzindo ao último grau de miséria e desespero a classe que vive exclusivamente do trabalho agrícola". Os refugiados humanos também consumiram e destruíram as lavouras, logo tornando as tradicionais colinas e brejos agrícolas quase tão desesperados por comida quanto as regiões da seca.<sup>81</sup>

No sertão de Inhamuns, sudoeste do Ceará, a principal oligarquia, a dos Feitosas, temporariamente afastara o pânico com importações de comida do não atingido Piauí, enquanto o governo provincial realizava algum trabalho de socor-



ro aos pobres. Em junho, porém, até os prósperos estavam prontos para fugir. “Um ilustre cidadão de Saboeiro, o capitão Salústio Ferrer, escreveu em 12 de junho que a migração era praticamente o único caminho que restara para a maioria dos habitantes daquele município, visto que ficava cada vez mais difícil encontrar água. Muitos líderes da comunidade, acrescentou, formavam uma caravana a fim de partir para o Piauí no mês seguinte. ‘Graves devem ter sido nossos pecados’, escreveu sobre a seca o capitão Ferrer, ‘para merecermos tão horrível castigo’.” Em meados do verão, a região estava quase deserta: segundo uma estimativa, só 10 por cento da população — parte dela agora de cangaceiros — tentava sinistramente esperar o fim da seca em suas arruinadas chácaras e fazendas. “Um grande número”, escreveu Billy Jaynes Chandler, “foi para o Piauí, em particular os que tinham alguns recursos, enquanto outros buscaram refúgio em Ipu, no Cariri e em Fortaleza.”<sup>82</sup>

Como a população do sertão agora se aproximava mais da úmida zona da mata, os plantadores de cana-de-açúcar e comerciantes urbanos foram obrigados a examinar com atenção as difíceis alternativas. As assustadas elites oscilavam entre desviar os retirantes (“mais animais selvagens que seres humanos racionais”) para a Amazônia faminta de mão-de-obra, arriscando-se assim a perder parte de sua mão-de-obra excedente, ou permitir que entrassem nas cidades onde, misturando-se aos escravos e artesãos pobres, poderiam representar uma ameaça insurrecional. Em Fortaleza, o farmacêutico Rodolfo Teófilo manteve um famoso diário com a narração cronológica da presença cada vez maior de sertanejos desesperados. “A triste procissão”, escreveu, “desfilava pelas ruas da capital em todas as horas. (...) Verdadeiros esqueletos vivos, com a pele enegrecida pela poeira das estradas e colada aos ossos, estendiam as mãos em mendicância a todos que encontravam.” Uma onda de saques e roubos praticados pelos refugiados foi reprimida pela vigilância burguesa com linchamentos, que “ficavam impunes, pois o retirante era considerado um cão leproso que ia manchar a terra”.<sup>83</sup>

Assustada com o estranho exército de sertanejos espectrais, a oposição liberal do Ceará concordou com relutância em apoiar um plano dos conservadores para transportar os retirantes, à custa do Império, para as províncias do Amazonas e do Pará. Outros foram mandados para o Recife, onde eram embarcados junto com escravos em paquetes e baldeados para outro navio rumo ao Rio e o sudeste famintos de mão-de-obra. Os grandes proprietários de terra, contudo, manifestaram receio de um êxodo tão maciço de trabalhadores, e Costa Pinto, no Rio, agia com deliberada demora na remessa dos prometidos subsídios. Agarrando-se a uma

política alternativa para controlar uma invasão que acabaria inchando a população de Fortaleza de 25 mil para 130 mil pessoas, o presidente Estelita “ordenou a construção de abrigos toscos para as hordas que investiam [na cidade] e um óbolo em dinheiro e comida distribuído aos incapacitados para trabalhar”. Costa Pinto e seus aliados conservadores em Fortaleza, porém, denunciaram isso como desperdício de dinheiro. Estelita, em consequência, foi substituído por um novo e mais conservador nomeado, João Aguiar, que logo suspendeu o donativo e as obras públicas. Com o apoio de Costa Pinto, retornou, em vez disso, à estratégia de deportar os sertanejos para as florestas tropicais. Embora milhares houvessem sido desembarcados, quase sempre em condições de superlotação e miséria, não havia transporte litorâneo suficiente para dar conta da afluência de refugiados em Fortaleza e Recife. Enquanto isso, no cinturão do sertão, uma represa humana estava prestes a romper.<sup>84</sup>



figura 2.8 Êxodo do sertão

### O ÊXODO PARA O LITORAL

Próximo ao Dia do Ano-Novo de 1878, talvez 50 mil pessoas já haviam morrido no Ceará, além de várias dezenas de milhares em outras províncias do Nordeste. Durante um longo e terrível ano, a maioria dos sertanejos agarrou-se à terra, esperando que as chuvas de inverno fizessem alguma mágica. Em janeiro choveu alguns dias, levantando os ânimos e também algumas folhas de grama. Os fazendeiros

plantaram parte das sementes que haviam guardado com cuidado durante os meses da fome. Mas os céus clarearam e a primeira lavoura murchou. Smith, o correspondente do *Scribner's*, que chegara no fim do ano, entrevistou muitos sobreviventes sobre o que aconteceu em seguida.

Primeiro de março, e nada de chuvas. A ajuda do governo já quase retirada. Não restava mais comida nas aldeias; nem esperança para os camponeses famintos. Então, como num impulso, um pânico louco apoderou-se deles. Quatrocentos mil abandonaram o sertão e precipitaram-se para a costa. Oh! Aquela desvairada fuga foi terrível. Por todas as estradas chegavam torrentes de fugitivos, homens, mulheres e crianças pequenas, nus, magros, enfraquecidos pela fome, arrastando-se extenuados pelas planícies, manchando os rochosos caminhos agrestes — com os pés sangrando, mendigando, implorando em cada casa um bocado de comida. Já estavam mortos de fome quando partiram. Por dois, três, às vezes quatro dias, mantiveram-se firmes no caminho; em seguida, as crianças começaram a atrasar-se com a fraqueza e foram deixadas para trás, chamando em vão pelos pais enlouquecidos de pânico; depois os homens e mulheres sucumbiram e morreram nas pedras. Tenho conversado com homens que vieram do interior com o grande êxodo; contam histórias de sofrimentos que nos confrangem o coração; falam dos esqueléticos cadáveres insepultos à beira da estrada, pois uns cem mil mortos (alguns dizem cento e cinquenta mil) foram abandonados pelo caminho.<sup>85</sup>

A retirada para o litoral arrasou os recursos provinciais. No epicentro da seca/fome, o estado do Ceará, o colapso social quase total ocorrera na primavera de 1878. “O tesouro esvaziara-se, o comércio deixara de existir, e mais de cem mil refugiados entupiam as cidades litorâneas e próximas. Bandos de proscritos vagavam pelos sertões, ameaçando derrubar completamente a fragmentada autoridade civil”.<sup>86</sup> “É horrível ver”, escreveu o futuro “santo de Juazeiro”, o padre Cícero Romão Batista, “que o desespero da fome levou a população indigente a comer vacas que morreram de carbúnculo, sabendo, e dizendo, que logo morrerão por comê-las, e comendo cavalos, cães, a cana já mastigada por outros, pedaços de couro e qualquer outra coisa que conseguem achar. É um horror em cima do outro!”<sup>87</sup> Um comerciante disse a Smith “que um refugiado pediu permissão para matar ratos em sua loja, pois poderia comê-los”. Apavorantes rumores de canibalismo eram levados até o Rio pelos retirantes.<sup>88</sup>

Depois que uma turba faminta saqueou o mercado municipal em Fortaleza, as classes médias trancaram-se em suas casas-grandes. O presidente Aguiar, que

agravara o caos cortando o socorro, fugira da província no início de fevereiro, e afinal o poder passou, dos derrotados e ressentidamente divididos conservadores, para o Partido Liberal. Também contrários ao óbolo de Estelita, os liberais exaltaram o exemplo da administração de Lytton na Índia e propuseram restaurar a ordem no Ceará com os severos “métodos científicos britânicos”. O método, como observa Cunniff, fora eloqüentemente esboçado pelo famoso engenheiro e ideólogo liberal André Rebouças no mês de outubro anterior, durante um debate de três dias no Instituto Politécnico no Rio:

Embora ele insistisse que o governo tinha a obrigação constitucional de prestar socorro a todo cidadão, concordava com o crescente sentimento de que não devia ser na forma de donativo. Havia, disse, uma lamentável tendência latina a confundir socorro com caridade. Citando o “imortal” Richard Cobden (...) defendeu o emprego assalariado em obras públicas como o remédio mais eficiente e moralmente adequado. Orientava-se pelo exemplo da administração da severa seca na Índia pelo governo britânico, que começara em 1876 e continuava avançando, em artigo que acabara de ler no *Journal des Economistes*.<sup>89</sup>

“Motivado sobretudo por temores de revolução e epidemia”, o novo presidente liberal do Ceará, José de Albuquerque, prosseguiu com os carregamentos de mão-de-obra por navio para o Amazonas e o Pará, em alguns casos permitindo às elites locais deportar com violência os retirantes. “Seguindo, consciencioso, o exemplo do governo britânico na Índia, deu ordens para que os comitês de socorro locais iniciassem projetos adequados para mão-de-obra não qualificada e só prestassem socorro em troca de trabalho”. Em Fortaleza, dezenas de milhares de retirantes foram transferidos para campos de trabalho improvisados fora da cidade, onde mourejavam em grupos de construção de cem membros. Em outros lugares, em Pernambuco e no Ceará, os sertanejos forneceram exércitos de mão-de-obra para as vias férreas (a maioria não concluída) que os liberais esperavam construir com a ajuda imperial. Embora a ração nos acampamentos — “meio quilo de carne, um litro de farinha de mandioca e um litro de legumes diários” — fosse um banquete comparado com o salário de Temple, as condições de vida eram em tudo tão miseráveis quanto no Deccan.<sup>90</sup> “Amontoaram os refugiados”, noticiou Smith, “em Fortaleza e Aracati, mal abrigados do sol, em cabanas de galhos de árvore ou de folhas de palmeira. Os acampamentos eram imundos ao extremo; não se fazia nenhuma tentativa de impor normas sanitárias.”<sup>91</sup>

Antes da fome, as epidemias de varíola limitavam-se a pequenos bolsões esparsos no sertão, e a maior parte da população perdera a resistência da vida comunitária, resultante da sobrevivência à exposição regular. De modo semelhante, por razões que permanecem obscuras, a vacinação era rara no Nordeste rural. Em consequência, os miseráveis acampamentos de trabalho ofereceram "solo virgem" para a varíola, da mesma forma como os acampamentos indianos haviam dado campo de ação para as assassinas epidemias de cólera. "O maior horror da seca", a varíola, atingiu o Ceará em meados de 1878, após assolar a capital paraibana, João Pessoa. Smith calculou que só nos meses de novembro e dezembro de 1878 morrera um terço da população de Fortaleza, embora Albuquerque atestasse que 100 mil haviam morrido no Ceará em fins de 1879, incluindo sua própria esposa. "A única resposta do governo imperial à emergência", disse Cunniff, "foi enviar quantidades limitadas de vacina fraca". Os refugiados cearenses posteriormente levaram a epidemia a lugares tão distantes quanto Belém e Rio de Janeiro".<sup>92</sup> Um poeta popular escreveu sobre o desespero dos retirantes colhidos entre a fome e a doença:

Em marcha, vamos enfrentar  
Trinta mil epidemias  
Gripe, barriga d'água,  
De que ninguém escapa.  
Os que vão para o baixão  
Morrem da epidemia,  
Os que ficam no sertão  
Passam fome todo dia<sup>93</sup>

Embora o governo ordenasse a suspensão de todo socorro em junho de 1879, e milhares de retirantes fossem expulsos com violência do Recife, a grande seca só terminou de fato em março de 1880, quando as chuvas voltaram a deixar o sertão verde pela primeira vez em mais de três anos. Com 80 por cento dos rebanhos destruídos, mesmo os fazendeiros foram por algum tempo obrigados a cultivar a terra para sua subsistência. Grande parte do sertão nunca mais se recuperou completamente. As pesquisas de autoridades cearenses ao longo da década seguinte revelaram a profundidade do impacto da seca. Em Arneiros, os vereadores em 1881 "avaliaram que 90 por cento dos habitantes deixaram o município durante a seca, e 50 por cento deles não haviam retornado em agosto de 1881, dois invernos depois que terminara. Quanto à recuperação da indústria pecuária, o presidente provincial

informou em 1887 que em algumas áreas os rebanhos começavam a aproximar-se de seu tamanho de 1876. Entre os habitantes de Inhamuns, muitos acham que a área nunca se recuperou inteiramente da seca de 1877-79, em consequência dos estragos causados a fortunas e rebanhos, e do sentimento geral de desmoralização que disso resultou. A Grande Seca, dizem, teve consequências duradouras".<sup>94</sup>



Figura 2.9 Retirantes: Ceará, 1877

De fato, Gilberto Freyre explica que o "apocalíptico duplo sete [1877]" tornou-se a "síntese dramática" na memória brasileira das tragédias conjuntas da seca e do subdesenvolvimento. Mas alguns setores da classe governante do Nordeste descobriram que a "indústria da seca" era mais lucrativa que os produtos básicos regionais, açúcar e algodão, em declínio. Foi sem dúvida o que ocorreu de fato com a Singlehurst, Brocklehurst and Company, o empório britânico em Fortaleza, que forneceu imensas quantidades de mantimentos para o governo e transportou mi-

lhares de retirantes para a Amazônia em seus navios a vapor costeiros. Do mesmo modo, os grandes canavieiros fizeram fortunas com as lucrativas concessões imperiais de pôr temporariamente os refugiados da seca para trabalhar. Estabelecia-se assim um precedente para permitir que os coronéis nordestinos saqueassem a ajuda ao desastre. O "desenvolvimento" tornou-se apenas um eufemismo para subsidiar uma ordem social reacionária, e durante o século seguinte grandes verbas do "socorro à seca" desapareceram no sertão, sem deixar atrás um único canal de irrigação ou açude adequado para a sofrida população.<sup>95</sup>

O "duplo sete", contudo, significou na verdade o início do fim da escravidão no Brasil. Terra, gado e mão-de-obra gratuita no sertão se tornaram artigos quase sem valor durante a seca, deixando os escravos, com grande demanda entre os plantadores de café paulistas, como os principais bens descartáveis dos fazendeiros. A venda de escravos para o Sul, como a exportação de mão-de-obra gratuita para a Amazônia, gerou uma obscena prosperidade em meio à catástrofe geral. "O Barão de Ibiapaba, Joaquim da Cunha Freire, por exemplo, lucrou muitíssimo, pois era o principal exportador de navios de cargas humanas de Fortaleza e Mossoró.

Só de Fortaleza, consta que vendeu pelo menos quinze mil escravos para o Sul". Esse repentino revigoramento em grande escala do comércio escravo, com todos os brutais espetáculos públicos que o acompanharam, provocou enorme ressentimento público, em particular no Ceará, onde foram criadas sociedades abolicionistas em quase todas as cidades. Em seis anos, a agitação popular não apenas aboliu a escravidão no Ceará, primeira província a fazê-lo, mas desencadeou cruzadas semelhantes em todo o Nordeste. Quatro anos depois, no ocaso do velho Império, a escravidão foi abolida em todo o Brasil.<sup>96</sup>

## Brasil: os dias do Juízo Final

O Brasil do século XIX terminou em um sangrento poente de seca, fome, estado de violência e genocídio. Pela ampliação de divisões regionais e raciais, a República positivista, instituída por um golpe em 1889 e dominada pelas elites paulistas, empreendeu uma desumana cruzada contra os sertanejos pobres, mas religiosos, atingidos pela seca no Nordeste. A Guerra de Canudos, em 1897, que culminou na destruição da cidade santa de Canudos, no sertão baiano, é no massacre de dezenas de milhares de humildes seguidores de Antônio Conselheiro, é um dos fatos definidores da história moderna do Brasil — o tema do épico de Euclides da Cunha, *Os Sertões* [1902]. Outra famosa utopia sertaneja, liderada por um herói popular religioso, o padre Cícero Romão, da cidade de Juazeiro, no Vale do Cariri, no Ceará, escapou por pouco do destino de Canudos: só sobreviveu bem adentrado o século XX graças a astuciosos acordos com as elites locais. Embora a iminência escatológica (tendo a República oligárquica como o Anticristo) impregnasse as

duas comunidades, cada uma também era uma adaptação pragmática e bem-sucedida à contínua crise ambiental e ao declínio econômico do Nordeste. Além disso, as raízes dos dois movimentos remontam à *Grande Seca* de 1876-78.

O sertão fora durante muito tempo um vulcão religioso. O “sebastianismo”, baseado na crença mística no retorno do monarca português que desapareceu combatendo os mouros em 1578, era particularmente disseminado. O primeiro massacre de milenaristas ocorreu na Serra do Rodeador, no sertão de Pernambuco, em 1819-20. “Um profeta reuniu um grupo de seguidores para aguardar o rei Sebastião, cuja volta era esperada a qualquer momento, para liderá-los numa cruzada pela libertação de Jerusalém.” Essa grosseira utopia foi em vez disso destruída por um governo nervoso, que encarava com profundíssima suspeita o utópico veio apocalíptico no catolicismo popular.<sup>41</sup> As grandes secas de fins do século XIX, contudo, simplesmente enraizaram ainda mais a escatologia sebastianista na cultura popular. Das fileiras dos beatos descalços, as fomes de 1877 e 1889 mobilizaram novas e violentas visões do cataclismo seguido pelo reino milenar de Cristo.

Mas o milenarismo no sertão também era uma estrutura social prática para dar conta da instabilidade ambiental. Quando padres e missionários estrangeiros fugiram do sertão em brasa, na primavera de 1877, o antigo mestre-escola transformado no beato Conselheiro e o padre ordenado Cícero ficaram para trás com seus rebanhos, fazendo sermões sobre o apocalipse mas praticando enérgica auto-ajuda. O primeiro ganhou reputação de santidade restaurando igrejas locais e cemitérios, enquanto o segundo se tornou localmente famoso por assentar os famintos refugiados da seca nas subdesenvolvidas mas férteis terras da Serra do Araripe. “Quando, durante a terrível seca de 1877-79, [Cícero] cavou poços, construiu abrigos e plantou mandioca e maniçoba para os refugiados, os sertões ressoaram com os louvores deles”.<sup>42</sup>

Como já vimos, o oásis em Juazeiro mais uma vez se tornou um refúgio populista durante o ano sem nuvens e abrasador de 1888. Sob a enérgica direção de Cícero, os flagelados plantavam safras de emergência de mandioca, saciavam a sede nas águas perenes do Rio Cariri, e rezavam para chover. O milagre do Preciosíssimo Sangue, de Maria de Araújo, durante a Semana Santa de 1889, repetiu-se durante três anos, atraindo mais milhares de refugiados e peregrinos para Juazeiro e criando ao mesmo tempo uma acirrada cisão entre Cícero e a hierarquia da Igreja católica romana — em guerra com o catolicismo afro-brasileiro popular — que se recusava a aceitar que uma pobre negra do sertão fosse objeto de tamanha graça divina.

A seca abrandou em 1890 — graças, acreditavam muitos sertanejos, ao milagre de Juazeiro — mas retornou com toda força em 1891, um dos mais intensos anos do El Niño na história sul-americana moderna. O conseqüente estouro da bolha de especulação bolsista do café, politicamente manipulada, conhecido como *Encilhamento*, mergulhou a economia brasileira em uma profunda crise e causou uma desgovernada inflação mesmo antes da depressão do comércio mundial de 1893. O mil-réis perdeu a metade do valor entre 1892 e 1897, enquanto a República, apesar de suas pretensões modernizantes, revelou-se ainda menos capaz que o antigo Império de prestar qualquer ajuda ao interior cada vez mais marginalizado do Nordeste devastado pela seca e a inflação. Sob o novo federalismo, quase todo socorro e as obras públicas concentraram-se no sul, deixando os sertanejos à mercê de oligarquias corruptas e falidas.<sup>43</sup>



Figura 6.5 Antônio Conselheiro

Simultaneamente, a pressão exercida pela população sobre os superexplorados embora subdesenvolvidos recursos do sertão foi maior que em 1877. A emancipação em 1888 libertou os escravos do cinturão de lavouras litorâneas, sem fornecer-lhes terra, ferramentas, nem reais meios de sobrevivência independente. A redução nos lucros da exportação de açúcar ao mesmo tempo diminuiu a oferta de emprego. Milhares rumaram para o interior, onde se juntaram às multidões que já raspavam a terra esturricada como meeiros, bóias-frias ou posseiros. O cré-

dito rural não existia (Londres ainda controlava com pulso firme as finanças do Brasil) e os confiáveis recursos de água do sertão eram ciosamente monopolizados por grandes proprietários de terras. Assim, quando a seca retornou, depois de 1888, havia poucas reservas para reter a população na terra. Como em 1877, as autoridades de Fortaleza, Salvador e dos outros portos logo passaram a bloquear as estradas contra o esmagador influxo de refugiados famintos. Muitos sertanejos, porém, optaram por uma nova forma de sobrevivência: partiram em rebanho para as “arcas da seca” que eram construídas por Cícero em Juazeiro, e, depois de 1892, por Conselheiro em Canudos.

Falsamente retratado por seus inimigos (e, mais recente, por Mario Vargas Llosa) como um monstro delirante, Conselheiro pregava um “implacável e sombrio catolicismo”, que, como mostrou Robert Levine, não era heterodoxo pelos padrões tradicionais do Nordeste. Ao contrário de Cícero, ele não era um empresário de milagres nem encorajava o culto em torno de si mesmo, tampouco ministrava sacramentos. Talvez houvesse sido o Savonarola ou Cotton Mather do sertão, mas não o seu “messias”. Seus sermões eram tipicamente baseados em tratados missionários populares, concentrando-se na devoção penitencial a Nossa Senhora das Dores. Até mesmo sua interpretação das secas recorrentes de 1889 em diante como arautos do fim do mundo correspondia em tudo à visão fervorosa de grande parte do clero regular do Nordeste. Por outro lado, quando a ferrenha retidão bíblica de Conselheiro entrou no terreno da política, rotularam-no de subversivo. Seus “intensos sentimentos de justiça social”, em especial a oposição à escravidão e à exploração dos pobres, levaram-no a defender a desobediência não violenta cívica e religiosa. No decorrer de duas décadas de peregrinação espiritual, foi preso repetidas vezes, maltratado e deportado por várias autoridades locais — uma perseguição que só engrandeceu sua estatura já santificada entre os meeiros e lavradores sem terra do sertão.<sup>44</sup>

Durante a seca de 1888-91, Conselheiro assentara os seguidores em duas fazendas abandonadas no norte de Salvador. Também apoiara mulheres da feira local na luta contra os novos impostos municipais, condenando a República — que substituiu Cristo por Comte — “por tentar devolver as pessoas à escravidão”. Depois de uma tentativa de assassinato pela polícia baiana no início de 1893, ele decidiu mudar sua congregação em rápido crescimento para a localidade mais remota de Canudos, a quase 700 quilômetros de Salvador interior adentro. Ali, no centro do alto sertão, havia uma fazenda arruinada em terras férteis, bem defendidas por serras acidentadas e irrigadas por rios sazonais e fontes confiáveis.

Em um ano e meio, Canudos desabrochou numa cidade resistente à seca e auto-suficiente, de 35 mil pessoas — “uma Jerusalém de muralhas de barro”, na condescendente expressão de Euclides da Cunha — que surpreendia os visitantes com sua relativa prosperidade (margens de rio “cultivadas com legumes, milho, feijões, melancia, abóbora, melão, cana-de-açúcar, araruta e batatas”), assim como com seu fervor religioso. Embora a população fosse uma grande miscigenação étnica do sertão, a liderança civil e militar da comunidade tendia a vir de grupos anteriormente proscritos, como os descendentes de escravos fugitivos, ex-cangaceiros (marginais) e remanescentes do povo indígena kiriri, cujos últimos dois chefes morreriam para defender Canudos.<sup>45</sup>

Para Euclides da Cunha e intelectuais brasileiros contemporâneos, imbuídos do arrogante liberalismo de Comte e Spencer, essa secessão de modernidade republicana só podia ser “a objetivação de uma tremenda insanidade”. De fato, como assinala Levine, “poucos se juntaram a Canudos por capricho ou porque haviam sido seduzidos por um mago louco”. Em vez disso, como Juazeiro, Canudos foi uma reação racional ao inexorável caos da seca e da depressão. Diante da incapacidade do Estado para desenvolver o sertão, ou mesmo reduzir a rapidez do seu declínio, o movimento demonstrou a praticabilidade de uma auto-organizada alternativa “socialista”, ainda que sua ideologia oficial fosse marianista e monarquista. E, apesar das calúnias dos inimigos, Canudos não arregimentou a fé nem impôs uma disciplina de culto. “Os que queriam permanecer em constante contato com as comunidades vizinhas iam e vinham à vontade. As pessoas visitavam Canudos, faziam seus negócios e partiam. Muitos conselheiristas trabalhavam fora da comunidade todos os dias. Não eram prisioneiros. Havia partido para Canudos a fim de preservar seu catolicismo, não para trocá-lo por um culto ou seita anticonvencional”.<sup>46</sup>

Como têm enfatizado histórias recentes, nunca houve “rebeliões no sertão” (título em inglês da reportagem de Euclides da Cunha), mas apenas uma tentativa de isolamento pacífico em autonomia milenarista. Como os antigos quilombos (repúblicas escravas) do Nordeste, porém, o simples desejo de Canudos de ser deixada em paz era encarado como uma terrível ameaça à ordem social. Por um lado, a cidade santa drenou o excedente de mão-de-obra barata fora isso existente e disponível para os oligarcas locais, como o proprietário legal de Canudos, barão de Jeremoabo, o mais poderoso fazendeiro da Bahia. Do outro, significou a resistência bem-sucedida à nova ordem que as elites paulistas e seus aliados republicanos tentaram impor em todo o Brasil. Como Juazeiro, Canudos também contrariou

o projeto da Igreja de subjugar o catolicismo dos sertões. Em conseqüência, a prematura experiência de Conselheiro com um “cristianismo de base” foi denunciada por intelectuais de Salvador como “comunismo”, pelos bispos ultramontanos como uma “seita religiosa política”, e pelo governo federal como “monarquismo sedicioso”. O barão de Jeremoabo e outros grandes proprietários de terras exigiram a imediata destruição de Canudos.<sup>47</sup>

Próximo ao fim de 1896 — durante o início de uma feroz nova seca do El Niño que durou, com apenas breves tréguas, até 1907<sup>48</sup> — um batalhão de tropas baianas, atendendo aos pedidos de repressão dos proprietários de terras, abriu fogo contra uma pacífica procissão de penitentes. Mais de 150 foram dizimados, mas os enfurecidos sobreviventes — muitos deles jagunços durões ou antigos cangaceiros — rechaçaram as tropas, infligindo pesadas baixas. À medida que a seca esvaziava a zona rural, os habitantes de Canudos agarravam-se, implacáveis, de bacamartes e facas na mão, às suas novas lavouras e lares. Enquanto Canudos, com setenta anos de idade e a saúde debilitada, concentrava-se na construção de sua sonhada igreja do Bom Jesus (mais tarde dinamitada pelo exército), a verdadeira defesa de Canudos era organizada pelo “caudilho do povo” João Abade, o autoritário comandante da Guarda Católica.<sup>49</sup> Em janeiro de 1897, ele se pôs de tocaia e derrotou uma segunda expedição de mais de 500 soldados federais. Enquanto o pânico varria as cidades litorâneas, preparava-se uma terceira expedição, sob a liderança do comandante “da temerosa infantaria”, Antônio Moreira César. Avançando por um campo árido, tornado ainda mais abandonado pela estratégia da terra arrasada de Abade, a grande e bem armada força de César, equipada com novíssimos canhões Krupp, lançou um precipitado ataque frontal em Canudos. Foi uma decisão tática suicida que lembrava a tola carga de Custer em Little Big Horn:

No fim, o próprio primitivismo da construção de Canudos ajudou na sua defesa. O próprio assentamento se tornou uma armadilha para a qual os arrogantes invasores foram atraídos. Batalhões inteiros foram engolidos no amontoado de barracos “como numa caverna escura”. Os defensores emboscaram os soldados usando como armas, facas, fuzis, foices, espetos de gado e mobília doméstica quebrada.<sup>50</sup>

As supostamente exímias tropas de César foram sistematicamente aniquiladas pela Guarda Católica. Para os conselheiristas, o maior milagre de Deus; para o governo federal no Rio de Janeiro, uma insuportável humilhação e um desafio

à própria legitimidade da República. Enquanto os cantadores no sertão zombavam do fantasma de Moreira César (“Quem te matou? Foi uma bala de Canudos que Conselheiro disparou!”), organizava-se com meticulosidade uma esmagadora expedição — a maior força militar do Brasil desde a Guerra do Paraguai. Disseram aos recrutados que eles iam marchar para “combater as forças do mal”.<sup>51</sup> O “ataque final” começou em julho, mas o povo de Canudos, sabendo muito bem que era uma guerra de extermínio, resistiu durante três longos meses à artilharia moderna. “Canudos”, escreveu Euclides da Cunha, “não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados”.<sup>52</sup> O que se tornara a guerra racial da República europeizada contra os seguidores “mestiços” de Conselheiro terminou numa orgia de vingança.

Alguns eram fuzilados quando não conseguiam mais acompanhar a marcha forçada. Uma mulher grávida, cujas dores de parto haviam começado, foi posta num barraco vazio à beira da estrada e abandonada. Os soldados matavam as crianças esmagando-lhes os crânios nas árvores. (...) Os conselheiristas feridos eram arrastados e esquartejados, ou cortados em pedaços, membro por membro. As ossaturas, banhadas em querosene e queimadas — o mesmo tratamento dado às habitações sobreviventes em Canudos. O exército erradicava sistematicamente os vestígios restantes da cidade santa como se ela houvesse alojado o diabo encarnado.<sup>53</sup>

Enquanto Canudos lutava pela vida, o padre Cícero refutava, desesperado, as notícias publicadas de que estava organizando um exército de “fanáticos cearenses” para socorrê-lo. Embora os canhões ainda não houvessem martelado suas casas, reduzindo-as a pedregulhos, Juazeiro também foi atacada por vários inimigos que igualavam o catolicismo popular de Cícero (sobretudo os crescentes números de beatos e beatas apocalípticos) à subversão na Bahia. Em 1894, por ordem da hierarquia brasileira, a Inquisição em Roma declarou a “santa viva” de Juazeiro, Maria de Araújo, uma fraude, e destituiu Cícero da função sacramental. Do mesmo modo, os liberais procuraram ver brilhar em seus olhos a centelha da sedição “à Conselheiro”. Mas padre Cícero revelou-se um político matreiro (vinte anos depois, seria reconhecido como a “mais poderosa figura do Nordeste”), que se esquivou de ataques ao *status quo*. Em particular, reduziu os temores dos fazendeiros

de perturbações no mercado de trabalho contratando seus seguidores para trabalhar nas propriedades deles. Em contraste com a inflexível recusa de Conselheiro a “render-se a César”, Cícero “salvou” Juazeiro “eliminando seu caráter utópico;” isto é, reintegrando-a ao tradicional atraso econômico e político. Em consequência, Juazeiro um século depois tem centros comerciais modernos e cortiços, enquanto Canudos continua sendo ruínas mal-assombradas.<sup>54</sup>

No fim, contudo, nem a morte de Conselheiro nem o oportunismo de Cícero resolveram os problemas de mão-de-obra das elites regionais. O ciclo da seca causado pelo El Niño (1888-89, 1891, 1897-98 e 1899-1900), acoplado ao rendimento decrescente de todas as tradicionais exportações do Nordeste, levou à despovoação gradual de grandes áreas do sertão. O influxo da década de 1880 tornou-se êxodo na de 1890. Por volta de 1900, pelo menos 300 mil sertanejos haviam fugido da seca e da repressão para o risco de uma nova vida nos seringais da Amazônia.<sup>55</sup> Como assinala della Cava, a crise estrutural e ambiental do Nordeste assumiu sua forma mais extrema no estado natal de Antônio Conselheiro, Ceará:

Os amplos subsídios federais financiaram a viagem para o extremo norte, enquanto o governo do estado do Ceará coletava um “imposto por cabeça” para cada corpo em condições que partia. Ironicamente, a política de substituir as exportações humanas, capazes de remeter ganhos para casa, pela exportação de matérias-primas logo resultou na verdadeira crise do Nordeste. (...) De fato, sem mão-de-obra barata e abundante, a tradicional agricultura do Nordeste árido — algodão e gado — não conseguiu se recuperar nos anos de não-seca e, na verdade, viu-se ameaçada de extinção. (...) Sequer o colapso da grande e rápida expansão comercial da borracha brasileira, em torno de 1913, aliviou a falta de mão-de-obra nordestina. Continuou crônica até o início da década de 1920.<sup>56</sup>



## Doze

### Brasil: raça e capital no Nordeste

Definição de “seca”: “um elemento estratégico no processo de acumulação pelas grandes unidades de produção rural no Nordeste”.

— G. Dias

O Brasil do século XIX, também um subcontinente muito visitado por El Niño, compartilhou duas outras coisas em comum com a Índia contemporânea. Primeiramente, embora independente em termos nominais, sua economia, sobretudo no Nordeste, era tão dominada por investidores e credores ingleses que se tornou o clássico exemplo de uma “colônia informal”, na literatura moderna sobre dependência econômica.<sup>1</sup> Depois, o desenvolvimento econômico em escala nacional até uma interrupção durante a segunda metade do século XIX, sem nenhum aumento considerável na renda ou na produtividade *per capita*. Enquanto o PIB *per capita* teve uma vertiginosa ascensão de 600 por cento entre 1800 e 1913 nos Estados Unidos e até de 150 por cento no México, o crescimento no Brasil foi zero. Um fabuloso surto do café na região de São Paulo foi contrabalançado pelo igualmente espetacular retrocesso econômico do Nordeste.<sup>2</sup> Como no caso do Deccan, transformou-se o que antes era região central em uma periferia de fome. Até a zona da mata, o exuberante litoral do Nordeste sofreu um drástico declínio de nutrição quando os salários reais despencaram 60 por cento, de 1870 a 1890.<sup>3</sup> Contudo, enquanto na Índia a vulnerabilidade cada vez maior à fome combinou-se com uma notável modernização da infraestrutura em fins do século XIX, a história moderna do sertão impressiona pela

ausência de qualquer papel significativo do Estado no desenvolvimento até a década de 1960 e a ameaça de revolução.

### Colonialismo informal e capacidade do Estado

A hegemonia comercial e financeira britânica no Brasil tinha antigas raízes na vassalagem de Portugal a Londres durante os séculos XVII e XVIII. Quando a monarquia de Bragança se transferiu, sob “tremenda pressão britânica”, para o Brasil em 1808, o pagamento imediato foi um tratado comercial que dava preferência aos produtos britânicos em relação aos de Portugal. Depois, em 1827, o Imperador Dom Pedro, em retribuição ao reconhecimento britânico do seu império de escravos, codificou a dependência em um dos mais injustos acordos comerciais da história: um tratado não recíproco que limitava os impostos sobre as importações britânicas a 15 por cento *ad valorem* enquanto permitia aos britânicos imporem tarifas de 300 por cento ao café brasileiro. O Tratado Comercial, segundo Cain e Hopkins, transformou o Brasil em um “virtual protetorado britânico”.<sup>4</sup> Embora os Estados Unidos fizessem substanciais incursões comerciais durante a década de 1850, o surto do algodão da Guerra Civil restabeleceu a predominância britânica. Às vésperas da Grande Seca, a Grã-Bretanha fornecia 51 por cento das importações brasileiras e consumia 37 por cento de suas exportações.<sup>5</sup>

Contudo, o nível mais profundo da hegemonia britânica era financeiro. Os déficits comerciais crônicos foram repetidas vezes refinanciados por punitivos empréstimos britânicos, cujos pagamentos de juros geraram déficits orçamentários permanentes que, por sua vez, eram financiados por ainda mais títulos estrangeiros.<sup>6</sup> “Os Rothschilds de Londres eram os agentes exclusivos dos títulos do Império, os principais exportadores e importadores eram todos britânicos, e todas as primeiras ferrovias eram de propriedade ou financiamento britânicos. Maior banco britânico, tinha recursos financeiros consideravelmente maiores que o semi-oficial Banco do Brasil”.<sup>7</sup> O sistema bancário regional era pouco desenvolvido. Já em 1888, treze das vinte províncias brasileiras não tinham nem mesmo bancos locais, e o capital do sistema nacional inteiro era de apenas 48 milhões. O banco do Estado limitava-se à conservadora administração do fornecimento de dinheiro no interesse de seus credores britânicos.<sup>8</sup>

A formação de capital interno, em conseqüência, achava-se seriamente refreada. “Os bancos estrangeiros eram notórios (...) [por] sua relutância em conceder em-

préstimos a longo prazo à agricultura ou a negócios internos”.<sup>9</sup> O comércio, por sua vez, inclinava-se em direção a intermediários estrangeiros e importações britânicas, acima de tudo no Nordeste. Na Bahia da década de 1890, por exemplo, apenas um dos onze exportadores licenciados era baiano; e vinte e quatro das sessenta e quatro casas importadoras eram especializadas em mercadoria têxtil britânica.<sup>10</sup> O capital estrangeiro, além disso, policiava com extrema vigilância o crescimento de quaisquer sinais de industrialização nativa competitiva, como o imaginado na utópica literatura do Norte de Franklin Távora. (“Se o capital e o crédito fossem mobilizados, se houvesse mercados agrícolas, industriais e artísticos, veríamos em cada esquina uma Manchester ou uma Nova York...”)<sup>11</sup> Quando empresários locais tentaram algumas vezes aumentar o valor agregado instalando indústrias relacionadas ao algodão, os exportadores britânicos retaliaram pontualmente. Warren Dean cita o revelador exemplo de uma fábrica de linha de costura em Alagoas que foi comprada por um inglês com o único propósito de desmantelá-la e jogar a maquinaria no Rio São Francisco.<sup>12</sup>

Apesar das amplas aspirações das elites a um modernizado império tropical, a autonomia de desenvolvimento do Estado brasileiro foi desse modo circunscrita pela dívida externa, um sistema bancário primitivo e a inconstância de suas receitas de exportação. Leff afirma que no Brasil das ricas terras, contrastado com a Índia e o Japão, havia “pouca pressão da população sobre a terra”, por isso “o aluguel ricardiano, base para o imposto territorial, era pequeno”. O Império, assim como a República conservadora que o sucedeu em 1889, dependiam das taxas de exportação para as receitas, mas “até fins do século XIX, o volume e o crescimento do comércio externo brasileiros eram pequenos demais para permitir um nível alto de despesas do governo”.<sup>13</sup> Na década de 1890, enquanto os preços do café estagnavam e depois despencavam, o serviço da dívida cresceu para metade do orçamento federal.<sup>14</sup> Quando a seca/fome mais uma vez devastou o Nordeste, a República viu-se sob grande pressão até mesmo para pagar as balas destinadas a matar os seguidores de Conselheiro.

A adoção do padrão-ouro internacional durante a década de 1870 “automatizou”, por assim dizer, as desiguais relações de troca do país. Embora o Rio frustrasse as tentativas britânicas de orientar sua política externa, por volta do início da década de 1900 Londres praticamente tinha poder de veto sobre os principais fluxos de capital dentro da economia brasileira. Quando alguns brasileiros protestaram contra os termos draconianos do Empréstimo de Consolidação do principal da dívida de 1898, que confiscou a totalidade das receitas alfandegárias para

pagamento da dívida, eles foram forçosamente lembrados de que os grandes barcos de guerra eram os cobradores de dívida do governo inglês em última instância. “Lorde Rothschild, antecipando que a decisão dos beneficiários dos empréstimos poderia ficar enfraquecida, cuidou de salientar, de maneira não autorizada, mas que conseguiu parecer autoritária, que a alternativa, o repúdio, envolveria não apenas ‘a total perda de crédito do país’ mas também poderia ‘afetar grandemente a soberania do Brasil, provocando descontentamentos que talvez chegassem ao extremo de intervenção estrangeira.’”<sup>15</sup>

O colonialismo informal, contudo, não influenciava as regiões do Brasil da mesma forma. Embora os canaviais nordestinos fossem o próprio paradigma da dependência de capital britânico, a indústria cafeeira do sul era relativamente mais independente. “O mercado paulista”, assinala Ruthanne Deutsch, “nunca foi esfera de influência de um único país ou de uma única combinação financeira”.<sup>16</sup> Ligada ao litoral por ferrovia desde 1872, a fértil região de São Paulo fornecia metade do café mundial na década de 1890. Um pacto informal entre os partidos republicanos de São Paulo e Minas Gerais após a derrubada do Império em 1889 “garantiu a esses dois estados o controle da política econômica do governo central”, suplantando as velhas elites latifundiárias do Rio, que haviam sido os principais beneficiários do Império. A nova distribuição de forças foi compensada, porém, por um elaborado sistema de subornos e concessões que sustentaram o poder local dos coronéis nos estados menores.<sup>17</sup>

Apesar da retórica nacionalista, a “Revolução de 1889-91”, como enfatiza Dean, nada fez para tratar da dependência das exportações nem do domínio financeiro da *City* de Londres. Na verdade, com a consolidação do poder paulista o Brasil se tornou uma monocultura. “É admirável que o Brasil, um país de imenso território e recursos variados, participasse essencialmente do comércio mundial como plantador de um único produto: café”.<sup>18</sup> Quase todas as ambições de desenvolvimento da nova República, além disso, concentravam-se inteiramente na construção de vias férreas no dinâmico núcleo produtor de café. “A integração nacional” significou pouco mais que os paulistas no Congresso de vez em quando fazerem um agrado a outras oligarquias. Ao contrário da Índia vitoriana, com suas impressionantes ferrovias e comércio de grãos inter-regional, o Brasil até o início do século XX continuava a ser um “arquipélago” de economias distintas, separadas pelo assustador custo interno do transporte. Na verdade, “os interesses de classe eram tão discrepantes que suscitavam sérias dúvidas quanto à validade de usar a nação como uma unidade de análise”.<sup>19</sup>

A ascensão dos estados do café inevitavelmente acelerou o declínio do litoral canavieiro do norte. Os brasileiros contemporâneos estão acostumados a pensar em seu país como “Belíndia: Bélgica no Sul, Índia no norte”, mas, como mostra Deutsch, “por volta de 1870, a qualidade de vida e o nível de desenvolvimento econômico no Nordeste igualavam, quando não superavam, os do Sudeste”.<sup>20</sup> Contudo, isso mudou quando a renda real *per capita* no norte, outrora dominante em termos econômicos, caiu 30 por cento (1913) em conjunto com o colapso de suas principais exportações. O açúcar e o algodão, que em 1822 correspondiam a 49 por cento da renda das exportações brasileiras, contribuíram com apenas 3 por cento em 1913, contra 60 por cento representados pelo café.<sup>21</sup> Enquanto isso, os mercados locais eram suplantados por entrepostos nos centros servidos por ferrovias e a vida da cidade atrofiava. A rápida urbanização do sudeste após 1880 contrastava com a relativa falta de infra-estrutura urbana no norte.<sup>22</sup>

Tabela 12.1  
Desenvolvimento regional desigual  
(Produto *per capita*)

	1872	1900	Mudança
Ceará	£2,2	£0,8	-275%
Rio Grande do Norte	£0,4	£0,2	-100%
Bahia	£4,0	£3,9	-3%
São Paulo	£3,1	£15,7	+506%

Fonte: Mircea Buescu, “Regional Inequalities in Brazil During the Second Half of the Nineteenth Century”, em Barioch e Levy-Leboyer, p. 352.

A sombria década de 1890, que agravou a seca com a deflação internacional dos preços de mercadorias e um pânico financeiro nacional, foi particularmente devastadora no Nordeste. Por volta de 1897, por exemplo, o custo do transporte do açúcar excedeu o preço de venda oferecido por corretores, e numerosas lavouaras e usinas foram arrasadas.<sup>23</sup> (“Só a região do cacau no sul da Bahia escapou ao declínio econômico global da década de 1890, principalmente porque os preços do cacau no mercado mundial subiram durante esse período e os fazendeiros conseguiram lucrar com a redução dos custos da mão-de-obra, devido a uma afluência de migrantes expulsos do sertão pela seca.”)<sup>24</sup>

## Eugenia e involução econômica

Como observou Leff, não fica logo óbvio por que o Nordeste de fins do século XIX devia sofrer tão extraordinária degeneração econômica. Sem dúvida, outros importantes produtores principais compensaram a queda nos preços de exportação com maior produtividade e aumento da produção. “Em vista do rápido crescimento da demanda mundial de algodão e açúcar durante o século XIX, parece surpreendente a incapacidade do Brasil de expandir suas exportações desses produtos com muito mais vigor”. A explicação do próprio Leff baseia-se nas consequências sobre a taxa de câmbio da posição dominante do café brasileiro no mercado mundial. Sob o sistema do padrão-ouro, os grandes ganhos com o café levaram à valorização automática do mil-réis que, por sua vez, elevou os preços do açúcar e do algodão do norte a níveis não competitivos. O maior problema do Nordeste, nesta visão, foi sua integração monetária com o resto do Brasil. “A taxa de câmbio determinada pelo café”, escreve Leff, “reduziu a margem de lucros e, pelo aumento dos preços, retirou quantidades sempre maiores de açúcar e algodão do Nordeste do mercado mundial”.<sup>25</sup>

O declínio na competitividade de exportação afetou brutalmente a estrutura de classes do Nordeste. Embora sucessivos governos dominados pelo sul aliviassem as grandes oligarquias do norte com propinas políticas regulares (muitas vezes à guisa de “ajuda para a seca”), os fazendeiros mais modestos eram deixados à mercê das forças do mercado. Desde aproximadamente 1875, o controle da produção começou a passar para as mãos dos donos (muitas vezes estrangeiros ou de ascendência estrangeira) de usinas modernizadas. “A capacidade das usinas de absorver uma carga maior de cana-de-açúcar exigiu adicional consolidação monopolista dos recursos agrários; após esse processo, os pequenos e médios proprietários de terras foram erradicados”.<sup>26</sup> O destino dos ex-escravos, claro, tornou-se inimaginavelmente mais difícil em um sistema econômico que já não exigia grande recrutamento de força de trabalho. Quando a economia do Nordeste entrou em coma, o excedente de mão-de-obra foi empurrado para os “campos negros, estéreis, da fome” (Távora) ou impelido a arriscar-se a doenças e exploração nos seringais do Amazonas.

Não aconteceu no último quarto do século XIX o que a teoria neoclássica teria previsto como um reflexo automático: a migração da mão-de-obra do norte para os pólos de crescimento do sudeste. Em vez disso, desde fins do Império, os governos nacional e local começaram a subsidiar intensamente a imigração em massa da Itália,

Alemanha e Portugal. Mesmo as elites do Nordeste abraçaram de modo febril a “europeização”. Um extraordinário exemplo foi a Bahia durante a terrível seca/fome dos “Dois Oito”, de 1888-89. Embora as autoridades do estado bloqueassem o ingresso de retirantes nas cidades e os internassem aos milhares em acampamentos, continuaram os esforços para atrair imigrantes europeus com caros subsídios (poucos se sentiam tentados).<sup>27</sup> Os cafeicultores do sudeste, de sua parte, só queriam trabalhadores estrangeiros “brancos” após a Abolição, e logo fizeram disso a política federal da nova República. (A preferência racial foi depois emendada para incluir japoneses, além de europeus do sul.) “Por que os plantadores de café no sudeste estavam mais dispostos a financiar a imigração da Europa que a do Nordeste?” Leff acredita que “parte da resposta talvez tenham sido as atitudes raciais predominantes entre os plantadores de café que os levaram a preferir trabalhadores europeus aos mulatos”, enquanto Deutsch salienta os “preconceitos culturais dos fazendeiros do sudeste contra os trabalhadores brasileiros nativos”.<sup>28</sup>

A versão dos dois atenua a verdade do racismo como política pública. Gerald Greenfield mostrou o quanto o discurso liberal sobre seca e desenvolvimento em fins da década de 1870 girou em torno das percepções urbanas do “mundo sombrio e primitivo do interior” e “a inferioridade e a aversão do retirante ao trabalho”.<sup>29</sup> “Na medida em que o Brasil durante a última parte do século XIX abraçava as doutrinas do positivismo, idéias do progresso iluminista e o concomitante racismo científico de pensadores como Buckle e Spencer, os sertanejos tornavam-se não apenas meras curiosidades de uma era passada, mas um problema para o progresso do país. As instituições de cultura nacional em evolução, a maioria baseada no Rio e revelando acentuada influência da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, enfatizavam o grande potencial, lamentando ao mesmo tempo as inadequações intelectuais, assim como morais, da maioria da população do país”.<sup>30</sup> A República brasileira, além disso, talvez tenha sido o primeiro governo em qualquer parte do mundo explicitamente comprometido em grande escala com a “eugenia positiva”. Os principais intelectuais de *fin-de-siècle*, como o cientista baiano Nina Rodrigues, alimentaram os temores de que “a mistura racial era responsável por todo desvio social, banditismo, heresia religiosa, e problemas afins”.<sup>31</sup> Enquanto se concebia a imigração européia em massa nos Estados Unidos na década de 1890 como fornecendo apenas combustível humano para a economia, as elites brasileiras também quiseram usar a imigração para transformar em termos radicais a fisionomia racial do país. Eram obcecadas com a “desafricanização” e “embranquecimento” do Brasil.

A Guerra de Canudos, como vimos, tornou-se uma macabra alegoria racial motivada pelo medo que as elites sentiam dos pobres nortistas, a quem denegriam como caboclos: uma casta racial fortemente marcada pela mistura de linhagem indígena com portuguesa e africana. Invocou-se muitas vezes a figura endemoninhada de Antônio Conselheiro para justificar a urgência da europeização. (“Sempre inseguros em relação aos sussurros do resto do Brasil de que as principais famílias da Bahia se haviam intermisturado tanto com gente de cor durante o auge da escravidão, os baianos apoderaram-se do conflito como um meio de demonstrar seu compromisso com a continuação do progresso no modelo europeu”).<sup>32</sup> Desse modo, a imigração européia tornou-se o substituto deliberado para desenvolver o sertão e/ou deixar os pobres do norte se mudarem para o sul.

Em conseqüência, o racismo científico ajudou a criar a mãe de todos os mercados de mão-de-obra dupla. “O fornecimento bastante flexível de mão-de-obra do além-mar significou que o mercado comprador podia expandir-se em ritmo rápido no setor avançado do Brasil, sem elevar o salário dos trabalhadores no resto da economia”.<sup>33</sup> Em 1889, o cônsul britânico em Pernambuco comunicou a Londres “que a mão-de-obra era mais barata que em qualquer outro lugar do mundo com exceção da Ásia”.<sup>34</sup> Como na famosa afirmação de Celso Furtado, o Nordeste, seguindo o padrão dos anteriores surtos e quebras das exportações na história brasileira, regrediu ao regime de mão-de-obra superbarata. Como na Índia vitoriana ou na China de fins da dinastia Ching, a abundância da força de trabalho criou enorme desestímulo ao investimento de capital no aumento da produtividade (as usinas sendo uma exceção parcial). “Essa ‘involução’ econômica”, como a chamou Furtado, foi o oposto do desenvolvimento, pois cada surto histórico das exportações até o café (pau-brasil, açúcar, ouro e contemporaneamente o café, a borracha) levaram à regressão, não ao crescimento sustentado”.<sup>35</sup>

## Declínio ecológico

Desde o surgimento das grandes fazendas de gado em fins do século XVII, a ecologia e a economia do sertão foram repetidas vezes remodeladas pelas secas do El Niño. A “Era do couro” do século XVIII, quando os fazendeiros fizeram enormes fortunas com a venda de gado de chifres longos e carne-do-ceará (charque) para as lavouras canavieiras litorâneas e as minas de ouro de Minas Gerais, foi levada ao fim pela terrível seca de 1791-93, que dizimou os rebanhos semi-selvagens.

Alguns dos grandes fazendeiros agarraram-se aos seus domínios feudais, enquanto outros se mudaram para o litoral e se tornaram proprietários de terra ausentes, mas um número ainda maior deixou seus pastos naturais dissolverem-se em fragmentos empobrecidos.<sup>36</sup> A ecologia do sertão era imprópria para as pressões de muitas lavouras pequenas, marginais. “Na verdade”, afirmou Kenneth Webb, “o sertão de fato não é muito bom para o gado”, mas foi adaptado para essa utilização quando o surto do açúcar afugentou os rebanhos da zona da mata. A produtividade do sertão com sua forragem escassa era notoriamente baixa. “A capacidade da terra não era determinada por quantas cabeças de gado um hectare de caatinga suportava, mas, ao contrário, por quantos hectares de terras exigia um animal de corte”.<sup>37</sup> Uma fazenda típica de mil hectares, por exemplo, poderia sustentar apenas 50 bois esqueléticos; e mesmo as fazendas maiores (10 mil ou mais hectares) raras vezes punham a pastar rebanhos com mais de mil cabeças.<sup>38</sup>

No início do século XIX, inúmeros fazendeiros e trabalhadores de subsistência, assim como escravos fugitivos, sobretudo do agreste vizinho de Pernambuco ou da Bahia, começaram a mudar-se pela primeira vez para o sertão. “A agricultura exigia pouco ou nenhum investimento”, escreve Chandler em seu estudo do sertão de Inhamuns no Ceará, “e embora fosse ainda mais suscetível aos desastrosos efeitos das secas que o gado, sua recuperação era muito mais fácil”.<sup>39</sup> O imenso interior do Nordeste tornou-se uma válvula de segurança para as contradições sociais da economia escravocrata litorânea. “O sertão absorveu a população excedente da zona da mata durante os períodos estagnados da indústria canavieira, e beneficiou-se da mão-de-obra e da energia daqueles que, por motivos econômicos, psicológicos, ou qualquer outro, não conseguiram integrar-se na famosa lavoura açucareira da casa-grande e senzala”.<sup>40</sup> Entre 1822 e 1850, o Império apoiou oficialmente essa imigração, reconhecendo os direitos de posse da terra que antes pertencera aos povos indígenas, em rápida extinção.

Como enfatizou a maior autoridade do século XX em agricultura do Nordeste, José Guimarães Duque, a maioria dos novos colonos trazia técnicas de agricultura de latitude média, de mão-de-obra intensiva, impróprias para o clima tropical seco e as terras estéreis do sertão.<sup>41</sup> Essa região de 650 mil quilômetros quadrados — Euclides da Cunha intencionalmente intitulou seu famoso livro de *Os Sertões*, em vez de *O Sertão* — abrange uma atordoante variedade de paisagens e climas locais. Mas só as férteis terras baixas, ou de aluvião, ao longo das margens dos rios, correspondiam à experiência dos imigrantes, e essas eram monopolizadas pelas fazendas de gado, suas lavouras e leais meeiros. Por isso, os recém-chegados mu-

daram-se para as serras úmidas. Estas terras montanhosas deram boas colheitas durante um ou dois anos, mas logo perderam sua fertilidade. Depois de trágica tentativa e erro, eles acabaram adaptando um estilo de agricultura de queimada seminômade: dois anos de cultivo seguidos por oito de repouso e pasto.<sup>42</sup> Mas a pressão populacional acabou impelindo milhares para o sertão ou a caatinga secos — caracterizados por terras rochosas rasas e cactos espinhosos — onde a condição de proprietário de terra não era estabelecida ou onde eles viravam posseiros ao arbítrio dos grandes fazendeiros, cujos pistoleiros poderiam retirá-los à vontade.<sup>43</sup>

Após o fim da ocupação ilegal de terras ermas em 1850, a maioria dos novos imigrantes no sertão tornaram-se apenas parceiros (meeiros) em fazendas de cultivo. Embora os sertões ainda fossem popularmente identificados com a pitoresca figura do vaqueiro nômade, a grande maioria da população em meados do século era de miseráveis fazendeiros, parceiros ou bóias-frias de subsistência. “Em meados do século XIX”, estima Levine, “sem dúvida menos de 5% e provavelmente menos de 1% da população rural possuíam terra.”<sup>44</sup> Esses pobres sertanejos, ao contrário dos escravos da zona da mata, eram nominalmente homens livres, mas o acesso a terra e água era tão frágil quanto a vida de um trabalhador confrontado pelos capangas de um proprietário de terras enfurecido. O mais poderoso fazendeiro em cada município rural tinha, de forma típica, a patente de “coronel” na velha Guarda Nacional imperial, e o sistema de votação e violência das elites, originário das lavouras de cana-de-açúcar litorâneas que depois se espalhou para as fazendas, tornou-se conhecido como coronelismo. Era o “companheiro essencial da exploração econômica, permitindo aos proprietários de terra [ou coronéis] tirar o máximo possível de sua mão-de-obra, extorquindo submissão e esmagando quaisquer resistências ou tentativas de desafiar seu monopólio da terra”.<sup>45</sup> Como enfatizou Hamilton Monteiro, os altos níveis de violência rotineira — entre posseiros e fazendeiros ou entre parentela de elites adversárias — organizavam e dirigiam as relações de produção no sertão vitoriano.<sup>46</sup>

A lenta deterioração da paisagem sob a pressão do excesso de pasto — visível desde fins do século XVIII — foi acelerada pela agricultura de corte e queimada praticada pelos pobres que cultivavam milho, feijão e mandioca. “Na caatinga, em especial, são comuns as formações rochosas, cristalinas, impermeáveis, que formam declives para os rios, facilitando rápido escoamento, erosão da terra, sedimentação de rios e evaporação”.<sup>47</sup> A pobreza tornou-se sinônimo de falta d’água e claro título de propriedade da terra. Um pequeno número de grandes fazendas, duradouros centros do poder oligárquico, monopolizou as fontes de água perenes

e ficava em geral bem protegido da seca, mas o resto da população no semi-árido dependia lamentavelmente de chuva irregular. Todo ano o sertanejo fazia uma desesperada aposta com um diabo que conhecemos como El Niño.

A vida de todos os moradores do sertão era inescapavelmente ligada às flutuações das estações, mas a de nenhum tão próxima, portanto tão vulnerável, quanto a do pequeno fazendeiro de subsistência. Em novembro e dezembro ele queimava os talos secos restantes da estação anterior, preparando-se para plantar feijão, milho e mandioca nas cinzas da colheita anterior; se a terra houvesse produzido pouco no último ano ele talvez se mudasse para um novo local. Quando chegavam as primeiras chuvas, normalmente em janeiro, ele plantava suas sementes e aguardava com esperança seu crescimento.

Nas estações de chuva relativamente fraca, os que tinham condições de plantar nos baixos [bolsões ou faldas de um monte, de solo rico nos leitos fluviais] viviam em melhor situação do que os de terrenos mais altos, mas eles corriam o risco de perder suas colheitas por enchentes repentinas que podiam varrer sem aviso prévio os leitos das enseadas com fortes tempestades locais rio acima. Se caíssem tempestades antes de as mudas se fixarem com firmeza à terra, elas seriam levadas pela água; muitas vezes as plantas brotavam e logo murchavam quando as chuvas paravam. Nesses casos, o fazendeiro as plantava de novo e, se necessário, uma terceira ou quarta vez. Demonstrando surpreendente tenacidade e paciência, plantava repetidas vezes, reservando apenas um estoque mínimo de semente para comida até a safra.

A intervalos, a chuva faltava completamente, ou demorava tanto que tornava impossível uma colheita bem-sucedida. Só então os teimosos agricultores do sertão abandonavam suas casas e se mudavam para as serras, costa ou, em último recurso, para as cidades e povoados, como “... milhares de formigas errantes à caça de comida onde quer que conseguissem achá-la, cruzando e recruzando as estradas e nelas encontrando outros na mesma condição”. Nas cidades, buscavam trabalho, ou na falta disso, renunciavam ao seu orgulho e mendigavam, mas só até quando pudessem retornar com segurança a seus lotes de chão.<sup>48</sup>

A seca/fome de 1825, que matou 30 mil apenas no Ceará, expôs toda a precariedade ecológica da economia híbrida de gado e cultivo de subsistência do sertão na ausência de sistemas de abastecimento de água e irrigação.<sup>49</sup> Isso causou “tanta mortalidade disseminada e deslocamento humano”, segundo Cunniff,

“a ponto de alterar radicalmente os padrões econômicos e de assentamento da região”. Na verdade, revelou que as características biológicas do sertão estavam sendo perigosamente alteradas. “O gado era levado a pastar além das áreas de pasto natural, na terra árida antes evitada e nas colinas arborizadas onde ocorria conflito com a agricultura das encostas expandindo-se de modo semelhante”. O que o gado nas serras abarrotadas não comia depressa era logo extirpado como lenha ou forragem pelos posseiros. A infinita rede de trilhas de gado traçada na terra estéril e frágil acelerou a erosão. No padrão clássico, quando as encostas escassamente arborizadas foram devastadas, aumentou a perda, enquanto os lençóis de água e as nascentes diminuíram. Era evidente tanto para os próprios sertanejos quanto para o ocasional visitante estrangeiro que eles estavam desertificando partes do sertão e provavelmente também alterando o clima. Alguns sonhavam com uma ampla rede de irrigação formada por poços, represas e reservatórios; outros imaginavam o reflorestamento “como o caminho de volta para o mítico sertão outrora verdejante”.<sup>50</sup>

Mas não houve nenhuma fonte de investimento para estabilizar ou inverter o declínio ecológico do sertão. A retrógrada indústria pecuária, pouco modificada desde o século XVII, sustentava o poder autocrático dos coronéis locais, mas não conseguiu gerar um excedente para obras de irrigação, pois tais inclinações à melhoria não existiam entre as oligarquias do sertão. Mesmo nas grandes fazendas, a engenharia hidráulica consistia apenas em poços rasos (cacimbas) nos leitos de riachos, cavados à mão todo mês de maio, quando as águas da superfície evaporavam. Os poucos pequenos reservatórios construídos durante o século XIX eram tão raros que se tornavam objetos de reverência local.<sup>51</sup>

Como foi discutido antes, a capacidade de qualquer setor do governo de patrocinar obras de irrigação era tolhida pelo que se poderia chamar de “tripla periferalização”: o subdesenvolvimento do sistema financeiro brasileiro em relação ao capital britânico; a posição econômica e política em declínio do Nordeste em relação a São Paulo; e a marginalidade do sertão no seio da política do estado em relação às elites agrárias do litoral. Políticos sempre propunham esquemas de irrigação, mas não se construía nenhum. Ironicamente, a impotência do Estado para desenvolver o sertão foi deturpada pela elite litorânea na racista caricatura do sertanejo indolente, subdesenvolvido.

## O Surto do algodão

A crise socioecológica nos sertões ficou temporariamente oculta (como na Índia e no Egito) pelo surto do algodão que acompanhou a Guerra Civil dos EUA. O fim do debate sobre irrigação, como salienta Cunniff, teve conseqüências fatais. “Ironicamente, o período mais próspero da história do sertão agravou os erros e consolidou as tendências dos anos anteriores; e a relativa riqueza da década de 1860 foi em grande parte responsável pelos horrores da década de 1870.”<sup>52</sup> Introduziu-se no sertão uma variedade de algodão arbóreo resistente à seca, e as exportações para as fábricas têxteis inglesas embarcadas no porto de Recife aumentaram de 165.265 quilos em 1845 para quase 8 milhões de quilos em 1871.<sup>53</sup> Os preços quase dobraram de 885 réis em 1861 para 1.600 réis, em 1863, e “o surto comercial do algodão em seu auge penetrou em quase todo canto do sertão”.<sup>54</sup> A miragem de prosperidade foi reforçada pela admirável ausência de seca entre 1845 e 1869.

Tabela 12.2  
Ascensão e queda do surto do algodão no sertão

	Pernambuco		Ceará	
	Quilos export.	Preço	Quilos export.	Preço
1860	1,3 milhão	—	0,8 milhão	—
1862	2,8 milhões	—	0,7 milhão	—
1864	8,4 milhões	1,00	1,0 milhão	1,00
1866	18,2 milhões	0,62	2,1 milhões	0,74
1869	15,2 milhões	0,71	—	0,49
1871	16,8 milhões	—	7,3 milhões	0,35
1873	15,2 milhões	0,47	5,1 milhões	0,35
1875	11,1 milhões	0,35	5,8 milhões	—
1877	2,6 milhões	—	0,6 milhão	0,24

Preço: 1864=1,00

Fonte: Adaptado de dados em Cunniff, Tabela II-1, p. 81 e Johnson, *Sharecroppers of the Sertão*, Tabela 1, p. 20.

Mas os preços altos do algodão foram apenas um ímã que atraiu mais “fazendeiros de subsistência, sem terra nem rumo”, para os sertões. A mão-de-obra exigida durante o pequeno ciclo vegetativo do algodão não amortizou o custo da subsistência anual dos escravos, portanto ele foi, em geral, cultivado por mão-de-obra

livre.<sup>55</sup> “Embora seja evidente que alguns dos maiores fazendeiros voltaram-se para o algodão, tratou-se em essência de uma produção dos pobres, que não tinham tido nenhum investimento agrícola que os impedisse de se voltar para essa cultura”. Quando os trabalhadores desertaram das lavouras de Pernambuco para a fronteira do algodão do Vale do Cariri, no Ceará, os barões do açúcar queixaram-se ressentidamente da escassez cada vez maior de mão-de-obra.<sup>56</sup> Por volta de 1876, o mais pobre estrato da ordem social do sertão, os agregados sem terra, tinha 40 por cento da população do Ceará (epicentro da seca de 1877).<sup>57</sup>

Embora devesse ter sido evidente após Appomattox que o algodão de excelente qualidade dos EUA logo inundaria o mercado mundial, a Associação Fornecedora de Algodão de Manchester, cujo primordial interesse (como vimos em Berar) era um mercado comprador permanentemente abarrotado de algodão cru, fez ferozes pressões sobre os brasileiros para cultivarem ainda mais hectares de terra. Logo depois, contudo, o retorno do algodão de fibra curta do sul fez despencar o preço das variedades promovidas com muito zelo por Manchester no Egito, na Índia e no Brasil. Os sertanejos desesperados tentaram compensar produzindo ainda mais algodão. Mas enquanto faixas de lavoura de algodão floresciam nos mais remotos cantos do sertão, os produtores caíam vítimas de um torniquete entre os preços de mercado em queda e os altos e rígidos custos mundiais do transporte por terra para os portos fluviais mais próximos. Ao contrário da Índia, faltava ao Nordeste uma infra-estrutura de via férrea e, ao contrário da China, que também teve gargalos de transporte, faltava-lhe um enorme mercado doméstico para encorajar artesanatos de algodão de valor agregado. A única esperança de salvar a indústria de algodão do sertão foi um programa de emergência de construção de ferrovias e estradas no interior. Como explica Cunniff, o governo imperial brincou em fins da década de 1860 com um plano de construção de uma via férrea da capital do Ceará, Fortaleza, ao principal centro algodoeiro de Uruburetama, mas abandonou o projeto em 1868 após a conclusão de apenas alguns quilômetros de trilhos. Do mesmo modo que com a irrigação, não havia capacidade estatal, nem óbvio interesse estrangeiro, para assumir o desafio de desenvolver o sertão.<sup>58</sup>

Em 1869, quando uma nova seca devastou as colheitas de subsistência em muitas regiões dos sertões, os mesmos compradores de algodão britânicos que orquestraram o surto uma década antes passaram a rejeitar as remessas de algodão “inferior”, “mal processado”, do Nordeste. O sertanejos — mais uma vez párias — não tiveram para onde se virar. “De fazendeiros e vaqueiros de subsistência, uma grande proporção de sertanejos transformara-se em agricultores comerciais e

trabalhadores agrícolas marginais vivendo em um estado extremamente precário, mais vulneráveis que nunca à repentina crise, em virtude do fato de que seus tradicionais vínculos com os grandes proprietários de terra se haviam enfraquecido ou rompido”.<sup>59</sup> Como no norte da China, a comercialização da agricultura no sertão teve menos a ver com os rebentos do capitalismo de que com sua marginalidade social e ecológica.

Para piorar tudo, a excessiva extensão do cultivo de algodão durante a década de 1860 fora acompanhada da expansão da população bovina: de 1,2 milhão no Ceará em 1860, para 2 milhões em 1876. Como os pobres cultivadores de algodão, os fazendeiros haviam imprudentemente aumentado o tamanho de seus rebanhos, apesar de legislação tentando estabilizar a proporção terra/gado, para compensar a queda dos preços de carne e couro bovinos. A degradação e a erosão do solo aceleraram-se. Além disso, a pressão combinada de algodão e gado sobre a terra deixou menos espaço para as tradicionais colheitas de subsistência, e Cunniff encontra indicações de que o Nordeste “entrava em um período de fome mesmo antes da grande seca devastar a área”. As provas epidemiológicas incluem o surgimento de beribéri no Ceará e na Paraíba em 1872 — atribuído à crescente dependência dos sertanejos do arroz barato, mal processado, importado da Índia — como também de epidemias de varíola, cólera e febre amarela.<sup>60</sup>

As ondas de choque causadas pelo fim do surto ferroviário dos EUA, que inaugurou a depressão de 1873-79, atingiram o sertão em 1874. “A mais drástica deflação na memória humana”, derrubou mais ainda os preços das exportações agrícolas que eram então o vacilante sustento dos agregados, assim como dos fazendeiros. A pequena fonte de crédito interno, insuficiente mesmo na época dos surtos econômicos, secou completamente. “Ao final do ano, a maioria dos bancos [no Nordeste] suspendeu os empréstimos. Em 1875, o Banco Mauá implorou uma moratória, ao mesmo tempo que o Banco Nacional suspendeu os pagamentos e o diretor do Banco Alemão se suicidou. Não houve como controlar o pânico resultante”.<sup>61</sup>

Os governos provinciais, enquanto isso, lutavam com dívidas públicas que não mais podiam financiar. À beira da insolvência, várias províncias, lideradas por Pernambuco, impuseram onerosos impostos aos comestíveis vendidos nas feiras regionais. Essa infeliz legislação coincidiu malfadadamente com simultâneos esforços pelo governo imperial de introduzir o sistema métrico decimal e reforçar o alistamento (medida muito temida como uma tentativa de “escravizar” homens livres). A explosão resultante ficou conhecida como a Revolta dos Quebra-quilos. Em todas as regiões do agreste e do sertão de Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte



e Alagoas, multidões armadas sistematicamente destruíram pesos e medidas decimais e incendiaram registros de impostos.<sup>62</sup> A revolta acabou sendo esmagada pelas tropas imperiais, obrigando muitos sertanejos rebeldes a fugir para as serras, onde se tornaram cangaceiros, depredando fazendas e cidades.<sup>63</sup> Desse modo, às vésperas da Grande Seca, o governo local no Nordeste achava-se falido, a desnutrição e o beribéri disseminados, rebeliões haviam eclodido em algumas cidades, os pobres saqueavam fazendas e o banditismo era o único setor da economia em crescimento.

### A charada da irrigação

Os grandes proprietários de terras do norte, desnecessário dizer, deram boas-vindas a essa grande oferta de mão-de-obra, sem perceber que na verdade estavam abraçando seu próprio subdesenvolvimento. De fato, como vimos, protestavam violentamente contra tudo, como a santidade do Conselheiro e a cidade autárquica de Canudos, que parecia ameaçar sua abundância de mão-de-obra. Em qualquer outro lugar, esse excesso de empobrecimento talvez houvesse provocado uma revolução social, mas o litoral nordestino tinha a imensidão do sertão como uma válvula de segurança social. Na verdade, da década de 1870 em diante, o Nordeste foi eficazmente capitalizado nos fluxos de mão-de-obra entre o sertão e o litoral. As acumulações potencialmente explosivas de trabalhadores pobres e desempregados no litoral foram desviadas para a economia de subsistência do sertão, depois periodicamente regurgitadas para o litoral pela seca. O sertão, na verdade, proporcionava assistência ao pobre, enquanto a seca garantia que trabalhadores desesperados sempre estivessem disponíveis para reduzir os salários no litoral. Mesmo no sertão do Ceará, quase despovoado pelas grandes secas das décadas de 1870 e 1890, as oligarquias locais, como vimos, conseguiram lucrar como contratantes de mão-de-obra para o Pará e o Amazonas.

Assim, ao mesmo tempo que os coronéis tiveram o mais ávido interesse pelo “combate à seca” (cuja grande parte eles interceptavam), também se mostraram pouco inclinados em direção a qualquer verdadeiro desenvolvimento ou estabilização ecológica do sertão. A total mobilização nacional para destruir Canudos estava em agudo contraste com a apatia oficial em relação ao destino dos sertanejos nas quatro secas sucessivas do El Niño entre 1888 e 1902. Sintomaticamente, o grande debate interno da década de 1890 não girou em torno da tentativa de deter o declínio do Nordeste, mas dos paulistas, que cobraram mais despesas go-

vernamentais no sudeste, e da oposição que quis amparar o crédito internacional do Brasil depois que o mil-réis perdeu metade do seu valor para a inflação desgovernada entre 1892 e 1897. Os Rothschilds salvaram o governo em 1898 com um empréstimo de 10 milhões de libras em troca de uma sobretaxa nas tarifas aduaneiras das importações e um orçamento deflacionário que não deixaram nenhum troco para obras públicas.<sup>64</sup>

A hegemonia econômica e política dos britânicos e paulistas respectivamente, mais o crescente investimento das oligarquias nordestinas em seu próprio subdesenvolvimento, explicam, portanto, grande parte do contexto estrutural de um século de duração da burlesca “irrigação do sertão”. Após sucessivos fenômenos El Niño, comissões nacionais e especialistas em irrigação estrangeiros elaboraram grandes planos, jamais implementados, para estabilizar a agricultura e o assentamento humano no sertão. Os poucos projetos hidráulicos que foram de fato construídos, inaugurados com o reservatório do Açude de Quixadá, no Ceará em 1899, “armazenaram água que beneficiou grandes proprietários de terras e protegeu seu gado, fornecendo-lhe pasto e regando as instalações, mas (...) deixou intocada a maior parte da população agrícola de baixa renda”.<sup>65</sup> Apenas 500 hectares do sertão haviam realmente sido irrigados em 1941, e vinte e sete anos depois, quando uma ditadura militar temerosa de possíveis focos guevaristas no Nordeste contratou consultores israelenses para realizar a primeira pesquisa de irrigação completa, as condições de vida dos milhões atingidos pela seca e dos sertanejos empobrecidos, quase miseráveis, eram pouco diferentes das da época em que Conselheiro e Cícero pregaram pela primeira vez o Apocalipse nas estradas do sertão do Ceará.<sup>66</sup>